



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 24 - Nº 460 - DE 11 A 25 DE AGOSTO DE 2013 - R\$ 3,00

## **Abaixo o PL 4330! Pelo fim da terceirização! Efetivação de todos os terceirizados!**



**Egito: As massas necessitam romper com seus preconceitos religiosos e democrático-burgueses, unificando suas ações sob um programa de reivindicações vitais e com o método da luta de classes**  
**Lit-OL admite golpe militar no Egito em nome das massas**  
**Oposição revolucionária a Dilma**

## Política Operária

# Abaixo o PL 4330! Pelo fim da terceirização!

A classe operária e demais trabalhadores assalariados estão prestes a receber um duro golpe da classe capitalista. O Projeto de Lei 4330 amplia a terceirização. Abre caminho para tornar a produção e os serviços completamente terceirizados.

Tudo começou com o critério de terceirizar apenas as atividades auxiliares (atividade-meio). Depois de montadas as empresas de terceirizações e comprovado que os capitalistas lucraram mais, pretende-se avançar para as atividades básicas (atividade-fim). Com o PL 4330, torna-se a terceirização em regra geral de contratação.

A experiência já demonstrou que essa forma de relação trabalhista anula direitos, modifica-os, deforma-os e, assim, precariza a situação dos assalariados. A terceirização foi uma maneira encontrada pelos exploradores de burlar a legislação trabalhista e de desproteger os explorados de antigas conquistas.

Os representantes da burguesia dizem que é preciso aumentar a “produtividade” do trabalho para o Brasil crescer e competir mundialmente. Para isso, também dizem que é preciso “modernizar” as relações de trabalho e ajustar a legislação. Produtividade, modernidade e competitividade são os preceitos dos capitalistas, que justificariam o PL 4330. Preceitos que trazem como resultado econômico maior exploração das capacidades físicas e mentais dos trabalhadores e maior taxa de lucratividade. Que trazem como resultado social maior insegurança para os trabalhadores, maior sujeição à exploração capitalista do trabalho e maior empobrecimento absoluto e relativo da família dos assalariados.

Com a terceirização, os capitalistas ficam livres para rebaixar os salários, para estabelecer contratos provisórios, para demitir sem custos e para burlar direitos estabelecidos pela CLT.

Desde os anos 90, setores da burguesia vêm atacando a CLT. Dizem que é um traste velho do Estado Novo, influenciado pelo fascismo, com a Carta do Trabalho (Carta Del Lavoro). Mas, não podendo se livrar dela, passaram a contorná-la com as tais medidas de “flexibilização”, trazidas pelas multinacionais.

Ocorre que a velha CLT de 1943 serviu para o Estado regulamentar as relações capitalistas do trabalho de acordo com o impulso da industrialização e com as exigências do mercado mundial. O governo de Vargas teve de codificar os direitos trabalhistas. Mas muitos deles dependeram da luta grevista da classe operária, que enfrentou brutal repressão desde os primeiros dias de seu nascimento. Vinculado aos direitos trabalhistas, Vargas impôs a regulamentação dos sindicatos, de forma a submetê-los e a formar uma casta de sindicalistas venais.

O que a burguesia considera envelhecido não é a

camisa de força colocada no sindicalismo, mas os direitos que ainda são importantes para os assalariados (jornada, salário, descanso, licença, profissões, férias, 13º salário, contratação, etc.). O melhor para os capitalistas seria refazer item a item da CLT, de acordo com seus interesses. Mas essa via é muito conflituosa. Então se adota medidas de “flexibilização”. Uma delas é a terceirização, que se choca com as leis trabalhistas e, por isso, deve ser regulamentada. O PL 4330 é uma das regulamentações.

As multinacionais arremeteram a burocracia sindical para negociar acordos de flexibilização, como banco de horas, lay off, PLR, piso salarial, etc. Uma das metas é a de adotar a norma da supremacia do acordado sobre o legislado. Assim, se neutralizaria a CLT. As leis, portanto, deixariam de ser universais. O que permitiria acordos por local de trabalho, a despeito da categoria e da proteção geral da classe operária.

Os empresários reclamam da morosidade em se abandonar a CLT e em dar valor jurídico à flexibilização já implantada e que viola direitos. A burocracia sindical, encabeçada pela CUT e Força Sindical, tudo tem feito para atender as exigências das multinacionais. Mas, diante do PL 4330, os burocratas vendidos se deparam com um problema: terão suas bases sindicais reduzidas, o que causará perda de imposto sindical. A solução negociada seria a de manter os trabalhadores terceirizados da atividade-fim vinculados ao sindicato.

Os burocratas já haviam capitulado diante da terceirização das atividades-meio. Agora, encenam mobilizações para garantir seus vantajosos postos nos sindicatos.

Chama a atenção a total incapacidade da CSP-Conlutas de combater esse ataque aos assalariados, que vem sendo preparado faz tempo na cova de ladrões, que é o Congresso Nacional.

O capitalismo em decomposição leva a burguesia a retroceder velhas conquistas do proletariado. É o que vem ocorrendo no mundo todo. Nas últimas décadas, as multinacionais se deslocaram para os países semicolônias, onde podem explorar intensamente a força de trabalho e obter maior taxa de lucratividade. Pressionam constantemente os governos a fazerem concessões, entre elas promover reformas trabalhistas, previdenciárias e sindicais. Contam com a desorganização da classe operária, com a estatização dos sindicatos e com as lideranças venais.

O Partido Operário Revolucionário faz a campanha pela derrubada integral do PL 4330, pelo fim da terceirização e efetivação dos terceirizados. Chama a CSP-Conlutas a rechaçar a manobra da burocracia cutista e forçista e a reunir a vanguarda para uma ampla campanha.

# Campanha pelo fim da terceirização

O governo Dilma, sob a pressão dos capitalistas, anunciou a votação para meados de agosto do Projeto de Lei 4.330, que amplia a terceirização para todo tipo de trabalho nas empresas e nos serviços públicos. Trata-se de uma proposta que tem grande aceitação entre os parlamentares do Congresso Nacional. As multinacionais, as empreiteiras e as grandes empresas nacionais apressam a votação. Isso porque poderão realizar todas as operações (atividade-fim e atividade-meio) através das terceirizadas e, ainda mais, uma terceirizada poderá contratar outra terceirizada, dando origem a uma quarteirizada. Trata-se de uma mina de ouro para os capitalistas, que passarão a substituir operários com contratos formais por trabalhadores de empresas terceirizadas com contratos precarizados. Estes ganharão menos, terão uma jornada semanal maior e não possuirão os direitos contidos na Convenção Coletiva de Trabalho de sua categoria. Como é extensivo aos serviços públicos, os governantes se livrarão do funcionalismo, contratando empresas para prestação de todo tipo de trabalho.

O Brasil vem aplicando a terceirização desde os anos 90. Hoje já são 12 milhões de trabalhadores nessas condições. O objetivo do PL 4330 é alcançar em poucos anos 30 milhões. Em um país onde a maioria recebe baixos salários, enfrenta uma jornada de 44 horas semanais e convive com a desgraça da alta rotatividade e do desemprego, a aprovação desse Projeto de Lei é um duro ataque da burguesia e de seus fantoches no Congresso Nacional contra as massas.

## Burocracias sindicais não enfrentarão os capitalistas

As Centrais sindicais, CUT, Força Sindical, CTB e suas satélites, realizaram a manifestação do dia 11 de julho e o ato de 6 de agosto com o objetivo de aumentar seu poder de barganha na comissão quadripartite (empresários, governo, parlamentares e sindicalistas). Consideram que essa comissão já foi uma conquista porque permite alterar o PL 4330. Aceitam a determinação de que qualquer proposta de mudança só poderá ser por meio de consenso entre os quatro setores que a compõem.

Está aí a manobra dos burocratas. Lá fora, promovem atos minoritários, discursam contra o Projeto de Lei e enumeram os prejuízos para os trabalhadores; dentro da comissão, barganham alguma vantagem para seus interesses de burocratas. Um dos pontos da negociata se refere à sindicalização dos terceirizados. Emendas de consenso na comissão quadripartite, cuja maioria é a favor do Projeto, nada tem a ver com o trabalhador. Trata-se da política de conciliação de classes, há muito praticada pela burocracia sindical. Se quisessem lutar contra o PL 4330, estariam, nas fábricas, organizando a classe operária para paralisar a produção. Estariam preparando os servidores públicos para a greve unitária com os demais trabalhadores. Somente pela ação direta se derruba um projeto de lei de preservação dos lucros da classe capitalista. Não cabem emendas em um projeto tão nefasto aos trabalhadores.

## O inexpressivo ato do dia 6 em São Paulo

O ato contou com a CUT, Força Sindical, CSP-Conlutas, Intersindical, UGT e CTB. Cada Central levou uma delegação de trabalhadores. Foi extremamente raquítico. Tinha como objetivo ampliar as negociações na comissão quadripartite e divulgar o Dia Nacional de Luta, 30 de agosto.

Vagner Freitas (CUT) fez uma denúncia inócua. Disse: “somos sérios em apresentar nossas propostas, mas os empresários não têm proposta que contemplem os trabalhadores”. Sérgio Nobre, também da CUT, completou: “estamos negociando e apostamos no diálogo”. Juruna (Força Sindical) insistiu: “apostamos na negociação”. Wilson

Ribeiro (CSP-Conlutas) afirmou que: “estamos deixando bem claro aqui que não vamos aceitar esse projeto”. Criticou a política econômica de Dilma e pedir mudanças. Havia uma colocação comum: caso não haja mudanças no PL 4330, haverá uma grande mobilização no dia 30 de agosto em todo o País.

A Intersindical levou artistas para encenar uma peça na avenida. Por 10 minutos, as Centrais permitiram que a militância fechasse as duas faixas para que a peça fosse encenada.

O POR compareceu com o Boletim Nossa Classe, que está sendo distribuído nas fábricas, que tem como bandeiras a rejeição do PL 4330, fim de toda terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

## Capitalistas e parlamentares têm pressa na aprovação

Os empresários consideram que estão esgotadas as negociações na comissão quadripartite. As Centrais pressionam pela sua continuidade. A CUT disse que permanecerá na mesa do diálogo para tentar um acordo com o patronato sobre a lei da terceirização. Argumenta que ainda não foi possível quebrar a intransigência de manter a quarteirização e outras formas de que levam ao rebaixamento salarial e eliminação de direitos. Certamente, pesa sobre a burocracia o enfraquecimento da representação sindical sobre um contingente de trabalhadores cada vez maior.

A pressão dos capitalistas sobre o Congresso Nacional é grande. Tudo está armado para que a votação ocorra no dia 14 de agosto. As Centrais promovem duas ações para tentar adiar a votação: 1) a eleitoreira. Campanha com os dizeres “deputados que votarem a favor do Projeto serão classificados como inimigos da classes trabalhadora e terão seus nomes fixados na internet e nos locais de trabalho para que os trabalhadores não votem neles na próxima eleição”; 2) a distracionista. Vigília dos burocratas sindicais e da parcela de assalariados que está disponível para permanecer em Brasília. Portanto, nada de paralisar as fábricas e locais de trabalho (bancos, etc). Uma manifestação dos liberados sindicais.

O Congresso Nacional, que é manietado pelos capitalistas, reafirmou que não há “mais espaço” para alteração do PL 4330, que está para ser aprovado desde 2004.

A classe operária e demais assalariados se encontram desarmados para enfrentar nas ruas mais essa ofensiva contra as relações de trabalho. As duas maiores Centrais (CUT e Força Sindical), que controlam a grande maioria de trabalhadores, estão até a medula comprometidas com as reformas trabalhistas que eliminaram conquistas e continuam destruindo direitos elementares. Ao impor sua política pró-capitalista no seio dos explorados, promoveram o mais brutal retrocesso político e organizativo do proletariado, que hoje assiste passivamente a perda de direitos, que foram conquistados com sangue de seus companheiros de classe.

## Nossa Campanha

A classe operária e demais assalariados devem:

- 1) rejeitar a terceirização de conjunto e não somente as novas regras do PL 4330;
- 2) reivindicar a efetivação de todos os terceirizados
- 3) defender a bandeira: **TRABALHO IGUAL, SALÁRIO e DIREITOS TAMBÉM IGUAIS;**
- 4) **exigir que os sindicatos e as centrais convoquem assembleias para aprovar a luta unitária contra a terceirização.**
- 5) **Exigir que o dia 30 de agosto seja um dia de paralisação nacional pela derrubada do projeto e pelo fim da terceirização**

## Onde está Amarildo!

As manifestações exigem que o governador Sérgio Cabral apresente Amarildo. “Cabral – Onde está Amarildo”, cobriu as faixas em grandes letras.

O seqüestro de Amarildo Dias de Souza pela Polícia Militar e seu desaparecimento se tornaram uma bandeira de luta contra a militarização da vida social. O pedreiro foi preso e levado para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha. Dali, desapareceu sem deixar vestígios.

As câmaras que deviam registrar sua chegada e saída estavam desativadas, segundo informação da polícia. Tudo muito conveniente. Ficamos sabendo que o aparato de segurança pertence a uma empresa terceirizada. Ninguém foi responsabilizado pela “falha” das câmaras. Os policiais alegaram que Amarildo prestou esclarecimento e foi liberado. Mas ninguém testemunhou a sua saída da UPP.

As autoridades lançaram a suspeita de que os narcotraficantes poderiam ter desaparecido com o pedreiro. É evidente que a UPP é responsável pela detenção de Amarildo e deve responder por sua vida.

A arbitrariedade policial é muito bem conhecida quando se trata de favelados, de pobres e negros. Os ricos somente entram em delegacia se acompanhados de advogados. Os pobres e miseráveis são detidos para simples “averiguação”. Não é incomum passarem por tortura. Os casos de desaparecimentos são alarmantes. Não importa se são marginais – os desaparecimentos mostram o método policial de execuções, que ocorre com frequência sob um Estado policial.

No caso, Amarildo, morador na rua 2, da Rocinha, com sua mulher e filho, não passava de um trabalhador, que vivia com um mísero salário. A polícia lançou a suspeita de que ele e sua mulher serviam aos narcotraficantes. Nenhuma prova foi mostrada. E se fosse traficante? A tal da polícia pacificadora teria de se responsabilizar por sua integridade física e mental. Como é que Amarildo desaparece da UPP sem deixar nenhum sinal?

Desta vez, o azar do governador do Rio de Janeiro (PMDB) e da PM foi que a vítima sumiu no dia 14 de julho, quando ainda repercutiam as manifestações de junho. O caso não ficou anônimo, o que tem ocorrido com muitos outros. Sérgio Cabral e a PM devem apresentar o paradeiro de Amarildo. É isso que as pessoas conscientes dos perigos da militarização da vida social exigem.

Está claro que no Brasil se montou um Estado de Direito que abriga um Estado policial. A ditadura militar que controlou o País por vinte anos criou seus fundamentos autoritários e a democratização lhe deu os paramentos democráticos.

As contradições sociais do capitalismo vêm se agravando com a polarização entre riqueza e miséria. O Brasil reuniu as condições de país de uma luxuosa burguesia, uma camada de alta classe média suntuosa, uma camada de classe média remediada e uma vasta massa de proletários pobres e miseráveis. Não é de hoje que essa estrutura social se constituiu e com ela as contradições entre riqueza concentrada e miséria alastrada. Mas é fato que se agravaram.

A decomposição e a barbárie são forças dominantes do capitalismo de nossa época. Isso explica por que se espalha a

criminalidade e se agiganta o aparato policial. E por que a violência policial e marginal se tornou mais disseminada, mais letal e mais bárbara. E também por que se aprofundou a interpenetração entre criminalidade e criminalidade policial.

As UPPs foram criação do governador do Rio, com apoio do governo Lula. Objetivam controlar as imensas favelas e disciplinar o avanço do narcotráfico. Mas como fazê-lo se não for com as armas de guerra? O rótulo de pacificação serviu de cobertura ao confronto sangrento e à militarização da vida da social. Somente os tontos acreditaram em uma pacificação e em uma polícia pacificadora.

O crime, o narcotráfico, a violência e a militarização são consequências. A fonte geradora está na exploração do trabalho e nas relações de propriedade. É próprio do regime social de exploração do trabalho e acumulação de capital o crescimento da riqueza em um pólo e da miséria em outro. Amarildo é uma vítima da miséria, como milhões de outras, e que acabou como vítima da militarização burguesa da sociedade. Não se trata, portanto, somente de responsabilizar o governo pelo seu desaparecimento, mas também de defender o programa de reivindicações da classe operária contra a miséria e a fome, que leve os explorados a lutar pela destruição do capitalismo e edificação do socialismo.

Os baixos salários, o desemprego e o subemprego são o ponto de partida, o de chegada é o da expropriação da classe capitalista e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Sem dúvida, são imprescindíveis as tarefas políticas de desmantelamento do aparato militar da burguesia e de implantação de milícias populares, controladas diretamente pelos explorados.

Caso não se lute sob o programa da revolução social, a bandeira de “Onde está Amarildo” permanecerá como um sentimento altruísta e um caso a mais entre milhares. Muitos oportunistas inchados pelo humanitarismo fazem do desaparecimento de Amarildo uma peça de discurso e de advocacia social barata. Rechaçamos os oportunistas.

Estamos com a bandeira do movimento “ONDE ESTÁ AMARILDO”, empunhando as reivindicações de SALÁRIO MÍNIMO VITA, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE! EMPREGO A TODOS COM A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, IMPLANTANDO A ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO! NENHUM JOVEM SEM EMPREGO, NENHUM JOVEM SEM ESCOLA! NENHUM TRABALHADOR SEM ATENDIMENTO MÉDICO, NENHUM TRABALHADOR DOENTE SEM REMÉDIO! ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO SISTEMA PRIVADO DE ENSINO! ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO SISTEMA PRIVADO DE SAÚDE! ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO SISTEMA PRIVADO DE TRANSPORTE COLETIVO! PASSE LIVRE PARA ESTUDANTES E DESEMPREGADOS! POR UM SISTEMA ÚNICO ESTATAL DE EDUCAÇÃO, DE SAÚDE E DE TRANSPORTE COLETIVO, SOB O CONTROLE OPERÁRIO GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL, NOS ENTREGUE AMARILDO!

SEU GOVERNO E A PM SÃO RESPONSÁVEIS PELO SEU DESAPARECIMENTO NA NOITE DE 14 DE JULHO!

# Multinacionais e governos do PSDB agem como quadrilheiros

As denúncias de que o metrô de São Paulo foi construído sobre a base de fraudes nas licitações e de complô entre multinacionais para impor seus negócios comprometem em cheio o PSDB, que governa o estado há várias gestões.

O Ministério Público de São Paulo teve de constituir uma “força tarefa” de 10 promotores para dar conta de 45 inquéritos, envolvendo fraudes que perpassam os governos de Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra. Espera-se apurar as negociatas e falcatruas montadas pelas multinacionais Alston (francesa), Siemens (alemã), Bombardier (canadense), Mitsui (japonesa) e CAF (espanhola).

O cartel comprou autoridades, fraudou concorrências e superfaturou. Para isso, se valeu da estrutura internacional de bancos, de empresas de fachada e de agências especializadas em subornos e lavagem de dinheiro.

Segundo informações, os contratos de execução do Metrô e da CPTM foram superfaturados em 30%, provocando um rombo de R\$ 557 milhões aos cofres do Estado de São Paulo. As atividades criminosas das multinacionais não se circunscrevem a São Paulo, nem a obras ferroviárias. As investigações apontam vários casos em que a Alston e a Siemens estão envolvidas. A própria Siemens indicou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que, em sete estados, o cartel aplicou o mesmo método de arregimentação de funcionários e de compra de governadores. É bem provável que os prejuízos dados em São Paulo são apenas a ponta do iceberg.

Certamente, o Cade, as Promotorias e a PF não irão às últimas consequências no levantamento do montante integral dos saques aos cofres públicos.

O PSDB já armou um contra-ataque exigindo que se investiguem os governos do PT, que também contrataram o cartel. Quando todos têm o rabo preso, é melhor cuidar bem do tra-seiro vizinho.

A “guerra das CPIs” foi desencadeada pelos petistas. Se-

## Campina Grande-PB:

# Que a Frente pelo Passe Livre avance na defesa da estatização e vá aos bairros, colégios e locais de trabalho

Com o impulso do movimento nacional e a partir da necessidade concreta do passe livre e defesa das condições de vida dos trabalhadores, iniciou-se em junho um movimento que culminou na constituição de uma frente que adotou a defesa do passe livre, redução da tarifa, contra a privatização da saúde e contra a repressão no país. Foi realizada uma assembleia do movimento em que a Corrente Proletária Estudantil defendeu a incorporação das bandeiras de estatização do sistema de transporte coletivo, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, e de salário mínimo vital. A primeira bandeira foi aprovada, porém em seguida circunscrita a uma pauta geral (que não poderia ser enunciada nos confrontos com o prefeito) a ser aprofundada posteriormente. Este debate sobre a estatização será realizado no dia 19 de agosto, em uma plenária do

rão capazes de levar os chefes do PSDB ao banco dos réus, como foram levados no caso do mensalão? Tudo indica que não. Não é vontade expressa da burguesia, basta ver a atitude comedida da imprensa que usou as denúncias do mensalão para uma campanha cerrada em favor da instalação de um tribunal de condenação dos petistas como agentes de quadrilha. O PSDB representa a oposição queridinha da burguesia paulista. E o PT está suficientemente desmoralizado para impor as condições de investigação. Mas, de fato, não tem interesse de revelar toda extensão da penetração do cartel na máquina pública.

A população está diante de mais um escândalo proveniente dos negócios da burguesia, que não trará sérias consequências para os corruptores e corrompidos

Por que as negociatas vieram a público? Porque o cartel contrariou outras multinacionais concorrentes. A Siemens responde a processos na Suíça e de lá despontou o fio de suas ações no Brasil. Não tinha como fugir das evidências, então decidiu revelar as falcatruas. Esse é um meio para se livrar de ações penais. Até nisso as leis burguesas protegem os capitalistas bandidos.

Ou a classe operária se mobiliza contra a política antinacional e saqueadora dos governos burgueses e da burguesia internacional, ou o País assistirá apenas a mais um escândalo; e pode ficar esperando o próximo.

As massas saíram às ruas em junho, agora é hora de retornar sob a bandeira de constituição de um **Tribunal Popular**. Somente assim, torna-se possível abrir os segredos comerciais das multinacionais e expor a público as contas dos governantes, funcionários e partidos burgueses.

Que sentido tem abrir os segredos das multinacionais? Para convencer a maioria nacional oprimida de que é preciso expropriar as multinacionais, sem indenização, estatizá-las e colocá-las sob o controle operário da produção.

movimento.

A bandeira da estatização, sem indenização, sob controle coletivo dos trabalhadores significa que não queremos que se mantenha o lucro dos capitalistas, que queremos estancar a máfia dos transportes, o qual, às custas de altas tarifas, paga caixa 2 e mesadas a políticos, e que recusamos que as reivindicações de passe livre e redução da tarifa sejam usadas para justificar arrocho salarial ou demissões de motoristas e cobradores.

Nós, da Corrente Proletária, estamos insistindo na necessidade de que o movimento erga sem restrições a defesa da expropriação das empresas de transporte coletivo. Mais do que isso, é necessário insistir na defesa do salário mínimo vital, com escala móvel do reajuste. É isto, efetivamente, que responderá à elevação do custo de vida e ao salário mínimo de fome

estabelecido pelo governo federal.

O prefeito aproveitou o enfraquecimento do movimento nas ruas e aprovou a isenção do imposto sobre serviços (ISS) às empresas de transporte, para sustentar a redução de 10 centavos na tarifa e o passe livre, com recursos do FUNDEB, para estudantes da rede municipal, que geralmente moram nos arredores dos locais de estudo. Começamos a ir aos colégios para convocar os secundaristas a aderirem ao movimento e se organizarem nos grêmios. Estamos combatendo as propostas de institucionalização do movimento, vindas de militantes do PCdoB, mas principalmente do PCR. O presidente do sindicato dos Urbanitários, militante do PCR, é assessor do vereador Napoleão Maracajá, do PCdoB, que é presidente do sindicato dos servidores municipais. O PCdoB, por sua vez, é parte da base do governo de Romero, do PSDB. Insistentemente denunciávamos a via da busca do “diálogo” com a prefeitura, não nos serve este caminho tão funcional ao reforço das ilusões democráticas, ao carreirismo e à cooptação. É necessário fortalecer o trabalho do movimento junto à juventude e trabalhadores. Ante a força das massas mobilizadas, se for necessário, aí sim pode-se eleger em assembleia representantes do movimento para se reunirem com os governantes.

### **Debate sobre as jornadas de julho**

A Corrente Proletária Estudantil realizou no dia 01 de agosto

### **Bahia**

## **Câmara de Salvador ocupada pelo Movimento Passe Livre**

Desde o dia 22 de julho, a Câmara Municipal de Salvador encontra-se ocupada por uma parte do Movimento pelo Passe Livre. As manifestações em defesa do passe livre contra o aumento das tarifas de transporte começaram em Salvador ainda no mês de junho, realizando semanalmente plenárias e atividades como passeatas e atos de rua, em frente aos órgãos do Estado e da prefeitura. O movimento participou de audiência pública com representantes da prefeitura e do Estado, ocasião em que foi entregue um conjunto de reivindicações. Passadas várias semanas da entrega das reivindicações, até agora nenhuma resposta foi dada pelos governantes.

Entretanto, mesmo ocupada, por um grupo de estudantes e membros do movimento pelo passe livre, as atividades

### **Campina Grande**

## **Avança a precarização na UFCG, junto com exército de terceirizados, temporários, monitores e bolsistas, agora virão os professores voluntários**

No dia 06 de agosto, como parte do dia nacional de luta contra o PL 4330, houve um seminário na UFCG, realizado pelas entidades de docentes e funcionários. Na mesa estava um representante da regional nordeste do ANDES, uma professora de sociologia do trabalho e um representante do Sindicato dos trabalhadores da Universidade. Apesar das inúmeras denúncias nas falas dos dois professores, foi no curto relato do servidor que apareceu a defesa da efetivação dos terceirizados.

Nós, do POR, intervimos com a defesa da derrubada do PL 4330, que libera a terceirização para as atividades fim, a ge-

um debate sobre as jornadas de junho e a luta pelo transporte público no país e em Campina Grande. Exibimos o documentário do Comitê pelo Passe Livre de Londrina, que explica as bandeiras de passe livre para estudantes e desempregados, estatização e salário mínimo vital (Disponível aqui: [www.youtube.com/watch?v=q\\_InemK2urw](http://www.youtube.com/watch?v=q_InemK2urw)). Tratamos do contexto internacional de ascenso da luta de classes impulsionado pela crise econômica mundial, seus impactos no Brasil e de como na bandeira de revogação do aumento da tarifa se expressaram a revolta contra a carestia, inflação, endividamento das famílias, precariedade da saúde e educação e podridão do Estado burguês, profundamente corrompido. Debates a falta de reivindicações que impulsionassem a continuidade da luta em seu momento de radicalização, permitindo que a burguesia, por meio dos meios de comunicação, impusesse uma pauta restrita às disputas interburguesas.

Passamos pela análise do movimento em nossa cidade, e apresentamos a necessidade de superar a crise de direção que se manifestou com contundência nestas jornadas. Concluímos com a constatação de que o avanço da crise no Brasil reduz as margens de manobra do governo, que terá que atacar mais profundamente os trabalhadores. Com as jornadas, houve um avanço político importante com a generalização do método de ocupar as ruas e com a ação direta. Abre-se um cenário de avanço da luta de classes, no qual devemos atuar para que o movimento se encontre com o programa proletário.

parlamentares têm ocorrido normalmente. No momento atual, ainda permanecem na Câmara e só irão se retirar após serem atendidos. Entre as reivindicações constam o passe para todos os estudantes, a redução imediata da tarifa de ônibus, ampliação da frota, ônibus 24 horas, abertura da caixa preta da Cetps, ativação e ampliação do metrô de Salvador, gratuidade nos trens do subúrbio para todos os usuários, a construção de novas estações e estatização dos sistemas de transporte público, entre outras. O POR tem participado das plenárias realizadas pelo movimento do passe livre em Salvador, defendendo as posições programáticas como passe livre para estudantes e desempregados e estatização do sistema de transporte sob controle dos trabalhadores.

neraliza para qualquer função, em setor público ou privado e protege a quarteirização. Porém, é fundamental derrubar toda legislação sobre o trabalho terceirizado. Denunciamos que a burocracia sindical admite a terceirização, mas quer limitá-la a determinados ramos. E reafirmamos a necessidade de lutar pela efetivação de todos terceirizados.

Lembramos também que no Congresso da UFCG, a Adufcg não elaborou nada quanto aos terceirizados, mas uma resolução improvisada combatia apenas a terceirização nas atividades fim. O SINTESPB apresentou uma resolução pela

efetivação dos trabalhadores do HU que passaram por processo seletivo e estão com seus contratos prorrogados, pois o MEC não abre concursos. Porém, não tiveram coragem de defender no plenário. Só o POR defendeu a efetivação abertamente.

Diante de nossa fala no seminário, defendendo os interesses gerais dos trabalhadores e sua unidade, o representante do ANDES procurou desqualificar nossa intervenção como autoritária, sectária, marginal, se insurgiu contra o marxismo, fez todo um sermão e, depois de tanta volta, ouviu do plenário: “Mas afinal, por que a efetivação não é o caminho para unificar trabalhadores efetivos e terceirizados?”. Não respondeu, alegando que já havia exposto seus argumentos no Congresso da UFCG, dois meses antes.

### Professor voluntário

E, enquanto debatemos, avança a precarização da universidade pública. Na atividade docente, além do abuso das contratações temporárias, com vários direitos a menos, vários docen-

tes se apoiam nos monitores e bolsistas da pós-graduação para darem aulas em seu lugar. Em vez de se unirem contra a carga horária excessiva decorrente da falta de contratações, abusam dos estudantes. Agora, a reitoria se superou. Diante da greve dos estudantes de enfermagem, cobrando a contratação urgente de professores, o diretor do centro de saúde abriu um edital para professor voluntário que caso aprovado receberá em vez de salário uma “honoraria acadêmica”, segundo o edital.

Esta é uma saída vergonhosa. Para as 24 vagas oferecidas, só para a enfermagem, quatro candidatos se inscreveram. O processo seletivo está em curso sem ser alvo de nenhuma denúncia por parte da ADUFCG ou do DCE.

É preciso erguer uma campanha de combate a todas formas de precarização do trabalho, seja na universidade, com as formas que atingem estudantes, professores e funcionários, mas também nas fábricas, no comércio, enfim, em todas as áreas. Unificar os explorados é uma tarefa urgente!

## Enfrentar a repressão sobre a juventude com a força da mobilização nas ruas!

As prisões, processos políticos administrativos e criminais, eliminações, e a repressão nas ruas à juventude que se mobiliza são parte de uma ofensiva geral dos governos e da burguesia contra os movimentos sociais. São um ataque ao direito elementar de se mobilizar pelas reivindicações. O POR tem atuado nos movimentos defendendo os seguintes pontos:

1) Os processos são instrumentos de fraude jurídica que visam a transformar as vítimas da repressão em réus. Por isso, é inaceitável qualquer aceitação de condenação em função de uma pena branda. Toda condenação concretiza a criminalização não apenas do processado, mas do movimento em que ele participou, e abre caminho para mais ataques aos demais movimentos sociais.

2) O combate aos processos políticos se fará de maneira consequente nas ruas com mobilização, campanha e denúncia sistemáticas. A luta contra a repressão está ligada à defesa das reivindicações e métodos de luta dos movimentos. Não será

pela via jurídica que se derrotarão os processos políticos armados para conter as mobilizações.

3) A defesa jurídica deve ser organizada de forma coletiva e com apoio da mais ampla frente de movimentos e organizações. Nenhum processado pode ficar sem assistência jurídica. E a defesa deve ser coletiva, organizada pelo movimento, ao qual os advogados devem submeter a atuação jurídica.

4) Defendemos a unidade de todos os movimentos sociais reprimidos. Por um comitê nacional de luta contra a repressão, organizado a partir das bases, com delegados eleitos nas assembleias.

5) Criticamos as correntes que defendem a mera via judicial como resposta aos processos. Não será a atuação de bons advogados ou defesas bem construídas que derrotarão a ofensiva repressiva dos governos e da burguesia. As posições que defendem acordos para redução de pena ou caracterizam penas brandas como conquistas acabam colaborando para com a condenação dos lutadores.

### Unifesp:

### Proposta Penal da Justiça Federal criminaliza o movimento estudantil!

## A resposta da maioria dos processados é NÃO! Fim de todos os processos imediatamente!

Em Audiência Preliminar de Transação Penal, a maioria dos estudantes da EFCLH, processados em 06 de junho por desobediência durante a ocupação da Diretoria Acadêmica na greve de 2012, recusou a proposta da Justiça Federal de pagar R\$ 400,00 ou a prestação de serviços. A rejeição da proposta se deu por que a ocupação aprovada em Assembleia Geral dos Estudantes do campus em 2012 não é um crime, tratou-se de uma ação do movimento estudantil em defesa de melhores condições de ensino e da universidade pública. É cada vez mais recorrente esta caracterização da justiça burguesa para criminalizar os movimentos sociais e justificar a repressão à luta política da juventude e dos trabalhadores, a exemplo da invasão da Universidade pela

polícia militar no dia 14 de junho.

Diante da denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal e dos julgamentos dos estudantes que iniciam a partir do dia 03 de outubro de 2013, devemos fortalecer a defesa política e jurídica dos processados, os processos em questão e prisões do ano passado foram políticos. Este ataque da Justiça representa uma ofensiva ao conjunto dos estudantes que desde 2007 reivindicam infraestrutura universitária e a permanência estudantil! Fim dos processos criminais e administrativos imediatamente! Que as entidades estudantis se coloquem pelo apoio incondicional aos processados e disponibilizem meios materiais para defesa política e jurídica do ME!

# USP: É preciso organizar os estudantes para combater a repressão

Vimos no último período uma intensificação da luta de classes por todo o mundo. No mês de junho, foi a vez do Brasil. A crise mundial do capitalismo tem sido despejada nas costas da maioria explorada, com o aumento do custo de vida, aumento do desemprego, rebaixamento dos salários etc.

O protagonista das lutas massivas e de caráter nacional foi, em junho, a juventude. Inicialmente contra o aumento das tarifas dos transportes, logo ultrapassou esta bandeira e começou a reivindicar moradia, saúde e educação. Ao mesmo tempo, escancarou-se a brutal repressão desfechada contra aqueles que saem as ruas para reivindicar questões elementares de defesa de suas vidas.

No campo, os sem-terra e os indígenas têm sido expulsos de suas terras e assassinados. Nas cidades, despejos têm colocado centenas de famílias nas ruas. Nas manifestações da jornada de junho, e ainda nos protestos contra a copa das confederações, vimos desde prisões por porte de vinagre até mortes por atropelamento, por tiros de policiais e pelo efeito das bombas de gás.

Não podemos deixar que a repressão mantenha presos ou processe os lutadores. Na jornada de junho, mais de 600 foram presos, e muitos ainda permanecem encarcerados. Os processos criminais brotam cada vez mais. Só entre os estudantes de São Paulo, temos os processos contra os 72 da USP pela desocupação da reitoria, 12 da desocupação da moradia retomada e 8 eliminados, mais os 72 da UNIFESP de 2012 e mais 48 de 2008, mais a ameaça sobre os 113 da desocupação da reitoria da UNESP. E, pra somar com isso, recentemente a PM entrou na Unicamp para reprimir uma greve de trabalhadores. Se a recente luta nos trouxe um ensinamento é de que somente nas ruas poderemos conquistar nossas reivindicações. O combate à repressão não foge a esta linha.

## Fortaleza

### Eleições SINASCE: Disputa burocrática pelo aparato Chapa 1, 2 e 3 não nos representam! VOTE NULO!

No dia 09/08, acontecem as eleições para a diretoria do sindicato SINASCE. Três chapas concorrem ao pleito. As eleições ocorrem de forma antidemocrática: a comissão eleitoral não foi eleita em assembleia, assim como o edital não foi divulgado nos meios de divulgação oficiais do sindicato. Os agentes precisam compreender porque existem 3 chapas e se existem diferenças entre elas.

A chapa 1 tem como representante Cláudio. É formada por militantes do PT e independentes. A maioria de seus componentes são diretores do SINASCE, grupo de burocratas que esteve quatro anos na gestão do sindicato, atrelando a entidade à ex-prefeita do PT, Luizianne Lins. Não é de surpreender que a categoria esteja descontente com o imobilismo dessa direção, com as perdas salariais e com as greves derrotadas devido à política de conciliação dos petistas (a exemplo da greve de 2012/2013). A chapa 1 ( CUT), que impugnada até o momento, pensa que os agentes tem memória curta. Na greve de 2012, ficou claro que a direção não queria a greve. Apenas com mui-

### CCA aprova convocação de assembleia, mas só para o dia 20/08!!

No CONUNE, realizou-se uma plenária contra a repressão, que aprovou uma moção e uma plenária nacional contra a repressão. No dia 14/07, realizou-se uma plenária dos movimentos sociais organizada pelo DCE da UNESP, onde foi apresentada a proposta feita no CONUNE no âmbito estadual. À plenária foi somado um ato contra a repressão no dia 15/08.

Inicialmente os eixos definidos foram: **Fim da repressão! Fim dos processos contra estudantes e trabalhadores! Liberdade imediata a todos os presos políticos! Fim do genocídio da população negra, dos trabalhadores do campo e indígenas.** A plenária ao fim do ato servirá para discutir coletivamente como combater de forma unificada a repressão que cresce contra os movimentos sociais e como defender o direito de livre manifestação, cada dia mais atacado pelos agentes da burguesia.

Fizemos um chamado ao Conselho de Centros Acadêmicos da USP (CCA) para que se incorporasse a essa luta. Para isso é necessário que os centros acadêmicos realizem assembleias em seus cursos para organizar a participação dos estudantes. Isso vai desde a convocação da manifestação até a paralisação das aulas, para que os estudantes de conjunto possam participar do ato/plenária. Da mesma forma, também seria necessário que o DCE e o CCA convocassem uma assembleia geral estudantil para antes do ato/plenária, a fim de que se organizasse a atuação coletiva dos estudantes da USP. Mas se aprovou a assembleia para 20/08, e um ato para 22/08.

Chamamos o conjunto dos estudantes a participarem do ato/plenária do dia 15/08, na Praça da Sé, e depois irem à assembleia de estudantes da USP para discutir e aprovar um calendário de luta contra a repressão e de defesa das reivindicações dos estudantes.

ta união, derrotou-se a prefeita. Não se aceitou a esmola de R\$10,00 como Luizianne queria. Os agentes de saúde sofreram descontos nos salários, a prefeitura os obrigou a trabalhar aos sábados e retirou da Câmara Municipal o PCCS. Tudo isso com o apoio do presidente da chapa1. Até a propaganda eleitoral dos seus candidatos - Elmano Freitas e do Vereador Guilherme - foi patrocinada pelo sindicato, que enviou santinhos para as residências, e o que é mais absurdo, fez propaganda nos pontos de assinatura dos agentes.

Já a chapa 2 (frente de oposição) tem como representante Alexandre, ex-diretor de base do SINASCE, que rompeu por questões pessoais. Antes de chegar à presidência do sindicato, se aliou ao PSB, chamou a categoria a votar no atual prefeito Roberto Cláudio (PSB) e no vereador Salmito Filho (PSB). O PSB é um partido da burguesia, inimigo dos ACS/ACE, partido de Cid Gomes e base de apoio de Dilma Rousseff (PT). A prefeitura do PSB prometeu melhorar a saúde, mas na prática faz o mesmo que Luizianne Lins: precariza o trabalho mantem-



do as terceirizações.

O presidente da chapa 2, quando estava no sindicato, não denunciou os desmandos de Cláudio, até mesmo quando estava aliado ao CONLUTAS (PSTU) e formava junto com Francenir e Paulo (ambos do MCB) a minoria do SINASCE. A chapa 2 representa o governo, tanto que foi contra a greve de 2013. São capachos de Roberto Cláudio. Precisam ser desmascarados.

A chapa 3 (MCB) aparece com pessoas que apoiaram o vereador Guilherme e com apoiadores que, além de serem filiados ao PT, participaram ativamente da campanha de Elmano. Esse grupo não denunciou os gastos exorbitantes do sindicato em nenhuma prestação de contas do SINASCE, sendo que um de seus membros era diretor financeiro do sindicato. Também rompeu com a diretoria do sindicato por questões pessoais. Tem como apoiadora uma técnica da saúde, que, assim como a diretoria petista do SINASCE, tinha na época de Luizianne Lins (assessor: Quintino). Ambos os cargos só assume quem é

de confiança do governo. Tanto a chapa 1 como a 3 têm cargos de confiança dentro do governo. Estão ali, portanto, para submeter o sindicato à prefeitura. Como se vê, essas três chapas são formadas por burocratas carreiristas e venais. O objetivo final é se valer do imposto sindical para fins eleitoreiros. Todos querem ser liberados, fazendo do sindicato um meio de vida.

A Corrente Proletária da Saúde trabalha por constituir uma direção classista e revolucionária. Está aí por que não se aventurou a montar uma chapa que não fosse constituída por militantes provados na luta e defensores do programa de emancipação dos trabalhadores. Por isso, chamamos os trabalhadores da saúde a votarem NULO nessas eleições, defendendo desde já a constituição de uma direção revolucionária e o programa de reivindicações que tenha por objetivo maior a estatização do sistema privado da saúde, constituição de um sistema único e público da saúde, controlado pelos trabalhadores. VOTE NULO! POR UM SINDICATO CLASSISTA, AUTÔNOMO E COMBATIVO!

## Reforma nos postos de saúde não resolvem a crise da saúde pública

O prefeito Roberto Cláudio (PSB/PCdoB) anunciou a reforma de 50 postos de saúde e a construção de mais 22 unidades. O governo conseguiu recursos junto ao governo federal, um investimento de 76 milhões de reais. Essa reforma ocasionou transtorno para os pacientes e profissionais da saúde. O que estava ruim ficou ainda pior.

Durante essa reforma, que já teve início em algumas regiões, os trabalhadores da área da saúde e a comunidade ficaram deslocados. Os postos de saúde foram transferidos para outros espaços públicos, sem estrutura física para o atendimento dos doentes. Alguns postos não puderam concentrar todo o seu atendimento em um só lugar. Ou seja, marcação de exames, as longas filas de espera e encaminhamento das especialidades médicas. Por esses motivos, os pacientes terão de se deslocar para outros postos de saúde (que ainda não foram reformados) para se vacinar e marcar exames. Essa mudança ocasionou transtornos também para os profissionais da saúde que estão

sofrendo ataques por parte dos coordenadores dos postos, que não têm experiência e que perseguem funcionários, querem impor medidas administrativas, exigidas pelo prefeito.

A reforma nos postos não resolve a crise da saúde em Fortaleza. Apenas embeleza a estrutura física. Roberto Cláudio está maquiando a imagem da saúde. Em Fortaleza, existem apenas 110 médicos para atender as necessidades de 92 postos de saúde. Existem equipes que não possuem médico. Os pacientes HAS (Hipertensos) e DIA (Diabéticos), que dependem dos medicamentos, não os encontram nas farmácias dos postos de saúde.

O sistema de saúde tem de ser público, gratuito e único. A coexistência dos hospitais privados com os públicos expressa a divisão de classe e impõe aos pobres precárias condições hospitalares. É necessário dar uma resposta a essa estrutura, que privilegia os ricos e sacrifica os pobres. A solução está em expropriar sem indenização os empresários da saúde e transformar o sistema privado em público, sob o controle operário.

### Porto Velho - RO

## Prefeito Mauro Nazif/PSB golpeia mais uma vez os trabalhadores de educação do município de Porto Velho após a greve

Um mês após o encerramento da greve, depois de um acordo firmado entre os dirigentes do sindicato, membros da comissão de negociação e o prefeito Mauro Nazif (PSB), para suspender a greve, a categoria reconhece que foi mais uma vez golpeada pela direção burocratizada do Sintero em conivência com o prefeito.

O acordo apresentado para a categoria, como condição para acabar a greve, dizia que os servidores da educação receberiam o vencimento de julho retroativo a junho com a "gratificação" negociada no acordo. O que não aconteceu e que está gerando muita revolta no meio dos servidores da educação. Os professores ameaçaram não retornar às salas do recesso escolar programado.

Como de costume, a burocracia do sindicato fez vistas grossas e não acatou a reivindicação da categoria para definir quais as medidas a serem tomadas após o não cumprimento do acordo.

### As desculpas da direção traidora do Sintero

Os burocratas do Sintero, ao invés de chamar a base para esclarecimento e retomada da greve sem voltar do recesso, se limitou a dar esclarecimentos pela internet. Por estas razões, uma parte dos integrantes da Comissão de Greve procurou o Sintero para tomar providências sobre a situação. Quando pressionada, a diretoria do sindicato diz que logo que soube do ocorrido procurou a secretaria de administração do município para resolver o impasse, só neste momento informaram que houve um "erro" da secretaria e da câmara municipal ao aprovar a mísera proposta encaminhada. Parte da comissão da greve que foi cooptada no decorrer do movimento se converteu em bajuladores, acatando as ações do peleguismo das direções traidoras. A solução é voltar à greve, mais organizados e mais mobilizados.

**Rondônia**

**Vigilantes bloqueiam a BR 364 contra a demissão**

A crise do capitalismo ataca as massas no mundo inteiro e se reflete em todos os recantos do mundo. No Brasil e no Estado de Rondônia não é diferente. Em decorrência da pressão para corte nos serviços públicos, o governo Confúcio Moura (PMDB), a partir do mês de outubro, fechará 2.500 postos de vigilância patrimonial das escolas do Estado e os substituirá por Câmaras. Dos 2.500 mais 450 já foram demitidos.

**Os vigilantes terceirizados das escolas públicas do Estado de Rondônia fazem uma paralisação de 24 horas em protesto devido as ameaças de desemprego.**

O governador irá substituir o serviço de vigilância por câmeras de seguranças. Ao saberem da demissão os vigilantes realizaram manifestações bloqueando a BR 364. O movimento pede a suspensão da decisão que vai acabar os contratos com três empresas de vigilância que atendem escolas da rede estadual.

**Segundo a Secretária de Educação Isabel Luz informou, esta é a única maneira encontrada para reduzir os gastos com vigilância patrimonial, estimados em R\$ 57 milhões.**

**O governo quer cortar gastos nos serviços públicos, mas onde se encontram os recursos surrupiadados pela corrupção**



**no legislativo e no executivo do estado inclusive na administração de Roberto Sobrinho PT em Porto Velho que vem sendo denunciadas nos últimos anos?**

- Mais nenhum vigilante demitido!
- Retorno dos demitidos aos seus postos de trabalho!
- Fim dos serviços terceirizados e das Câmaras nas escolas!
- Emprego para todos!
- Fim das empresas de vigilância!
- Controle da vigilância patrimonial pelas unidades escolares!

**V Curso de Formação Política – Litoral Paulista**

Ocorreu nos dias 20 e 21 de Julho o Curso de Formação Política do ano de 2013, com o objetivo de elevação teórica dos militantes e simpatizantes do Litoral Norte de São Paulo. O curso “O Programa da Revolução” foi dividido em três tópicos: I) A crise mundial e a fase de decomposição do capitalismo; II) A caracterização de país semicolonial; e III) A necessidade de construção do partido operário revolucionário. Nos três temas, os participantes se dividiram em grupos para leitura e discussão coletivas, seguido de plenárias.

Resumimos, por partes, os principais aspectos do estudo:

I) É fundamental para a atuação revolucionária a precisa caracterização da recente crise mundial e da fase atual do capitalismo.

O prolongamento da crise mundial mostra que não se trata de um delimitado “distúrbio financeiro”, mas sim de uma crise de superprodução. Tal crise expressa a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. A História mostra que a burguesia resolve este problema através da destruição de forças produtivas, por meio de quebras, falências, demissões, etc. Nestes períodos históricos há também um fortalecimento das tendências bélicas.

Vivemos em uma época em que o capitalismo se encontra na fase imperialista, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. O imperialismo é caracterizado pelo domínio do capital financeiro, que se formou por meio da fusão do capital bancário com o industrial. A exportação de capitais se tornou estrutural, submetendo as nações semicoloniais à condição de pagadoras de juros. Ao mesmo tempo, o imperialismo é a fase de transição para a socialização dos meios de produção. A produção social atingiu um desenvolvimento tão grande que já não cabe no regime de exploração do trabalho e apropriação privada das riquezas.

II) Um ponto importante do programa é a análise das particularidades e da caracterização do país onde se atua. Desta caracterização decorre, entre outras coisas, a análise da dinâmica

das classes e das tarefas a serem realizadas. O Brasil é um país de economia capitalista atrasada e semicolonial. O programa porista expõe o caráter da revolução brasileira como proletária. Trata-se de uma tese fundamentada na análise da implantação do capitalismo no Brasil, de sua passagem de colônia para semicolônia, das tarefas democráticas (problema da terra, da soberania, do analfabetismo, etc.) não resolvidas pela burguesia nacional submissa às potências imperialistas e do lugar da classe operária como dirigente da maioria oprimida. No Brasil semicolonial, a estratégia da ditadura do proletariado assume a forma de governo operário e camponês.

III) A função histórica do partido revolucionário é fazer confluir o programa da revolução proletária com o movimento instintivo das massas e do proletariado. O partido é o programa, e o programa é o partido. O partido-programa não se constrói com improvisações, mas através da assimilação da experiência internacional do proletariado e da análise das particularidades nacionais. Não se pode confundir o programa com princípios abstratos ou consignas gerais, o programa é a aplicação do materialismo histórico e deve conter a caracterização da etapa atual do capitalismo, a caracterização do país como parte da economia mundial, a mecânica das classes sociais, as definições estratégicas, táticas, os métodos de luta, etc. Conjuntamente com a construção do programa é fundamental a formação de quadros militantes e da penetração do partido no seio das massas e, principalmente, do proletariado. O centralismo democrático é o regime adequado para o funcionamento celular e para a realização da crítica e autocrítica.

Como o modo de produção capitalista é mundial (produção, mercado, etc.), a revolução tem que ser proletária e internacional. Logo, é fundamental a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista (partido-programa, centralismo democrático, elaboração coletiva, etc.). A construção do POR no Brasil é parte da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

## Formação

# Curso de Formação sobre a Educação

*Durante o primeiro semestre deste ano, a Corrente Proletária na Educação, que atua no Litoral Norte de São Paulo, organizou um curso de formação mensal (março, abril, maio e junho). O curso que tem o objetivo de formação dos militantes e aproximação dos simpatizantes pautou-se nos textos do autor Anatoli Lunatcharski, Comissário do Povo para a Instrução Pública da Rússia revolucionária.*

*No segundo semestre, daremos desenvolvimento ao curso de formação, utilizando a coletânea de artigos e palestras proferidas por Lênin, que também tratam do problema da instrução, da educação e da cultura.*

Em março, iniciamos o estudo com o texto “Da Educação Social”, em que o revolucionário marxista debate a diferença entre a escola burguesa e a escola socialista. A educação burguesa é limitada e carrega consigo as contradições internas do capitalismo, pregando o individualismo, a concorrência e a disputa, deformando assim os sujeitos sob sua orientação. A educação socialista é aquela que cria no homem o espírito da coletividade, a noção plena de que ele, como ser individual é, na verdade, fruto das relações sociais. O autor fala ainda da necessidade de se educarem as crianças para a sociedade e não para si próprio ou para sua família; tarefa que apenas uma educação social pode dar conta.

O segundo texto estudado foi “O que é a Instrução?”. A partir dele, foi possível discutir que a instrução está diretamente ligada à vida, portanto, ocorre do nascimento à morte do indivíduo. Lunatcharski explica que a sociedade evoluiu no sentido da divisão do trabalho e na criação de especializações, no entanto estas não devem se opor à necessidade um domínio cultural geral. Que a oposição entre conhecimento específico e cultura geral só existe em nossa sociedade pela divisão das classes. Segundo o autor, cada sociedade deve ser superior às anteriores no domínio da cultura, e quando isso não ocorre toda a sociedade entra em decadência. A instrução coletiva, fruto da educação social, permite ao homem uma condição de harmonia com o meio em que vive, desenvolvendo nele a consciência de uma individualidade coletiva. A escola de classe, em todos os modos de produção, não pode desenvolver a humanidade em seus instruídos, pois a exploração entre as classes impede essa condição. O homem só conseguirá desenvolver de forma genuína suas potencialidades quando for instruído coletivamente, quando se libertar da sociedade de classes. O texto e a sua discussão também nos permitem compreender que o processo de envelhecimento e de morte no capitalismo é um peso, pois o homem carrega sobre si toda opressão dos anos vividos nessa sociedade, e que este mesmo processo se dará de maneira natural no ser humano que se formou na educação social, em uma sociedade sem exploração do homem sobre o homem, e que os mais velhos transmitirão aos mais jovens sua cultura sem deixar de receber a instrução das novas gerações.

No terceiro texto, “Da Escola de Classe”, o autor coloca que, numa sociedade classista, tudo o que o Estado faz tem rigorosamente um caráter de classe. Por isso, a escola no capitalismo servirá para impor a ideologia burguesa de dominação. O texto descreve as duas visões acerca do Estado: a burguesa, que define o Estado como uma organização de ordem, que não chegar a negar os conflitos entre as classes, mas afirma a sua neutralidade perante o conjunto da sociedade; e a proletária, marxista, que define o Estado como uma organização da classe

dominante e a favor dela. São muitos os instrumentos de poder do Estado utilizados a favor da minoria contra a maioria: (a) o exército permanente, para sufocar a revolta dos explorados e às vezes defender um território contra outro, na disputa interburguesa; (b) uma escola decadente, que não faculta conhecimento, mas inculca ideias e sentimentos para que o escravo moderno acredite na legitimidade de sua situação; (c) a imprensa oficial, para difundir as mentiras da burguesia transformando-as em “verdades”; (d) a religião, para intoxicar as massas fazendo-as acreditar que o mundo da sociedade de classes não é o verdadeiro mundo, que existe um outro mundo além-túmulo onde tudo é diferente; (e) a corrupção, que permite o recrutamento de dirigentes do povo oprimido e da classe operária.

Entre esses instrumentos, a escola ganha destaque pelo disciplinamento precoce que cria entre os oprimidos. A escola burguesa é a escola da repetição, do enfadonho, é a escola que exclui o senso de criação do aluno. Em oposição, a educação socialista propõe uma escola voltada à produção social, em que o aluno aprenderá em todos os ramos da produção humana todas as formas de ciência e de cultura e assim a escola servirá para organizar o conhecimento de uma forma coletiva e universal.

No quarto texto, debatido no curso de junho, “A Filosofia da Escola e a Revolução”, o revolucionário soviético destaca que a escola sempre foi e não poderá deixar de ser uma arma política de uma classe e que o professor tem a obrigação de saber disso. A ignorância do papel do educador só reforça a reprodução ideológica que a escola propicia. Lunatcharski revela que a escola burguesa tende a obscurecer o que é a instrução, quais são as suas formas e qual é o seu papel no curso da história da cultura. Afirma a tese que o ser humano é produto da instrução do meio (e não só da escola) e que as influências genéticas são muito pequenas. Essa é a particularidade da sociedade humana, embora a ideologia burguesa tente reafirmar a todo momento as noções de individualidade, de originalidade e de inatismo de aptidões, próprios de cada ser. Não obstante essa visão idealista da ideologia burguesa, a sociedade capitalista estruturou dois tipos de escolas: a da elite, voltado aos filhos da burguesia e alta classe média, que condicionam as crianças desde cedo a ser altivas, destacadas e logo dominadoras no processo de opressão social; e a escola dos oprimidos, voltadas aos trabalhadores e aos mais pobres, que condiciona as crianças, desde cedo, à submissão, à obediência e ao respeito às leis.

No estudo desse texto, ainda se destaca a noção de que a ciência não pode se desenvolver no interior da escola de classe. A ciência é oferecida em doses homeopáticas para os mais ricos e praticamente inexistente nas escolas dos oprimidos, onde deve prevalecer o obscurantismo religioso. Uma escola científica nunca pode ser desenvolvida plenamente, pois isso se chocaria com os interesses materiais da burguesia, que não pode desenvolver plenamente as forças produtivas. O regime burguês está em oposição ao progresso da técnica e da ciência.

# 10 anos do PT a frente do Estado burguês

## Parte 3

Nelson Berton

*Damos continuidade à série de artigos sobre a origem, ascensão eleitoral e experiência do PT na administração da máquina estatal burguesa*

### A experiência do PT no Estado burguês (2003-2013)

A imposição das medidas neoliberais nos anos 1990 (governos Collor, Itamar Franco e FHC), que resultaram em privatizações de estatais, demissão de funcionários públicos, cortes de verbas para o orçamento social (educação, saúde, moradia), desemprego e repressão aos movimentos sociais levaram a um profundo desgaste desses governos frente aos trabalhadores e demais explorados. As denúncias de corrupção nos processos de privatização e no saneamento do sistema bancário e financeiro (Proer), injetando recursos do tesouro nacional em bancos falidos agravaram a situação do governo e mostraram o verdadeiro caráter do Estado burguês frente aos capitalistas em crise. Além disso, o governo FHC enfrentou no seu segundo mandato (1999, antecedida pela crise do México, em 1994, e dos Tigres Asiáticos, em 1997) uma crise econômica de grandes proporções, que fez sucumbir o intento de estabilizar a economia com o Plano Real.

A assinatura da Carta ao Povo Brasileiro (2002) pelo PT afastou eventuais desconfianças de setores da classe dominante em relação à postura de Lula e do partido a frente do governo federal. Não havia de fato do que se preocupar, afinal, o PT já tinha uma trajetória considerável de administração do poder público em municípios e governos estaduais, tendo cumprido rigorosamente a cartilha da classe dominante no que se refere ao respeito ao direito de propriedade e às regras do jogo burguês eleitoral-parlamentar. O diferencial do PT era, como diziam os próprios políticos do partido, a “forma petista de governar”. Para tanto, a campanha de Lula foi cimentada pelo operador de marketing de Paulo Maluf, o publicitário Duda Mendonça. Sua candidatura recebeu o apoio de partidos de velhas oligarquias brasileiras e de direita como PMDB, PL, PP, PMN, além do apoio do PCdoB. Importa destacar o papel do estalinismo (PCdoB), que, tal como no passado, serve como base de apoio a governos burgueses, amparado na ideologia do nacional-desenvolvimentismo. Lula, que teve como vice o capitalista do ramo têxtil mineiro José de Alencar (PL-MG), venceu o candidato de FHC, José Serra (PSDB) no segundo turno. Depois de sucessivas tentativas de chegar ao poder do Estado burguês (três derrotas seguidas), Lula obteve 53 milhões de votos.

Entre os maiores financiadores das campanhas eleitorais do PT, PSDB, MDB e DEM/PFL, a partir de 2002, encontravam-se grandes conglomerados econômicos como construtoras (Camargo Corrêa, OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Odebrecht), bancos (Itaú Unibanco, Alvorada, BMG), empresas ligadas à mineração e metalurgia (Caemi, Companhia Metalúrgica Prada), engenharia e construção (UTC Engenharia, Carioca Christiani Nielsen Engenharia, Galvão Engenharia, Vega Engenharia Ambiental, Serveng Civilsan), produção de bebidas (Recofarma) e ao agronegócio (Vale Fertilizantes, Klabin, Fosfertil, Suzano Papel e Celulose, Aracruz Celulose, Braskem). Coincidentemente, os maiores financiadores de campanhas eleitorais no Brasil são os que mais lucraram durante o último período, não só nos governos do PT como de todos os grandes partidos da ordem burguesa.

O governo do PT ganhou, incontinenti, o apoio das principais centrais sindicais (notadamente a mais importante de todas elas, a CUT), da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), de intelectuais de esquerda e movimentos sociais e populares. A justificativa era que as massas trabalhadoras e exploradas queriam mudanças e que o novo governo se propunha a

fazê-las. De fato, o PT chegou ao poder não só se propondo respeitar os limites da ordem jurídica e econômica burguesa, mas também com um programa de desenvolvimento econômico do país, avanço da reforma agrária, democratização da estrutura do Estado, afastamento das históricas oligarquias que parasitam o poder, integração das amplas massas ao consumo e ampliação do mercado interno. Tratou também de ganhar a confiança das multinacionais e dos capitalistas nacionais com a designação de Henrique de Campos Meirelles, conhecido executivo do setor financeiro para comandar o Banco Central.

O primeiro mandato de Lula se deu numa conjuntura econômica mundial de crescimento. Entre 2003 e 2007, a economia mundial teve um crescimento importante. O PIB mundial cresceu respectivamente de 3,2%, 4,2%, 4,5%, 5,1% e 5,2%. No mesmo período, o PIB do Brasil variou de 1,2%, 5,7%, 3,2%, 4% e 6,1%. Nesse contexto, foi possível ao governo Lula não só manter uma política assistencialista, como conceder aumentos salariais e diminuir o desemprego, refreando circunstancialmente as lutas sociais no país, com o apoio das principais centrais. A CUT, já altamente burocratizada, passou por um processo de estatização, mantendo os mais importantes setores do proletariado e demais trabalhadores assalariados sob seu estrito controle. Situação semelhante se passou com a maior organização dos estudantes do nosso país, a UNE, cuja direção (PT e PCdoB) serviu (e serve ainda) de instrumento de defesa das políticas educacionais do governo federal.

Apesar dos números positivos da economia no primeiro governo, o PT não conseguiu ir além de uma política assistencialista limitada, que sequer toca na raiz da miséria e da fome dos trabalhadores e demais explorados. Os aumentos no salário mínimo mantiveram os ganhos dos assalariados muito aquém das suas reais necessidades vitais. O salário mínimo variou respectivamente de R\$ 240,00 (2003), 260,00 (2004), 300,00 (2005), 350,00 (2006) e 380,00 (2007). Mesmo se levarmos em consideração os dados fornecidos pelo Dieese sobre a variação dos preços da cesta básica no período, observamos que o salário mínimo esteve sempre muito abaixo do necessário à sobrevivência de uma família, por exemplo, de quatro pessoas. Para o Dieese, no mesmo período, o salário mínimo, para garantir as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, deveria (tomando como base o mês de janeiro de cada ano) ser de R\$ 1.385,51 (2003), 1.445,39 (2004), 1.452,28 (2005), 1.496,56 (2006) e 1.565,61 (2007). Na atualidade o salário mínimo não corresponde sequer a um quarto do necessário às famílias trabalhadoras, se tomarmos como parâmetro o valor estabelecido pelo próprio Dieese.

O crescimento econômico internacional e seus reflexos na economia brasileira garantiram também uma certa popularidade ao governo Lula, mesmo enfrentado diversas crises políticas e denúncias de corrupção entre seus quadros mais importantes, chegou perto de um Impeachment, não levado a cabo pela oposição de direita por falta de base social. Como os governos burgueses anteriores, o governo Lula sofreu uma enxurrada de denúncias, o que indica que para além dos financiamentos privados há muito tempo recebidos pelo partido, provenientes de capitalistas para financiar as suas campanhas, o PT havia se soldado ao fisiologismo e ao lodaçal de corrupção presentes nas diversas instâncias do Estado burguês. Ao contrário de romper com os partidos oligárquicos e moralizar a administração pública (o chamado “modo petista de governar”), o PT não só necessitou formar amplas alianças com os partidos da burguesia e das oligarquias nas eleições e no parlamento, como os manteve intactos

na máquina governamental (ministérios, secretarias, órgãos estatais).

E não foram poucas as denúncias de corrupção ao longo dos mandatos de Lula. Em 2005, membros importantes da direção do PT, como José Dirceu e José Genoíno foram acusados de participação num grande esquema de corrupção de compra de votos de parlamentares para aprovação das medidas governamentais, inclusive da Reforma da Previdência. As denúncias feitas pelo então Deputado Federal Roberto Jefferson (PTB), envolvido em corrupção nos Correios, resultou no afastamento do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, e instalação de CPI. Outras denúncias de corrupção envolveram Silvio Pereira e Delúbio Soares. O fato ficou conhecido como “mensalão”, que já vinha sendo praticado pelo PSDB em Minas Gerais na campanha de Eduardo Azeredo em 1998, tendo como agenciador Marcos Valério. Como se observa, a corrupção é da essência da política e do Estado capitalista, em que os partidos da ordem burguesa disputam entre si os cargos e orçamento do Estado, sob patrocínio dos grandes empresários.

A partir de 2008, a economia mundial entra em declínio. A crise explode inicialmente no setor imobiliário dos EUA, expandindo-se para o setor bancário e financeiro. Expressou claramente uma crise de superprodução no setor da construção civil, agravada pelo endividamento e inadimplemento dos contratos de venda de imóveis pela classe média norte-americana arruinada. A economia capitalista é mundial, representa não uma soma, mas uma síntese das economias nacionais, profundamente interligadas. A crise expressa, em última instância, o choque histórico entre as forças produtivas capitalistas, altamente desenvolvidas, e as relações de produção (propriedade e apropriação) burguesas. As leis de desenvolvimento da crise mundial se expressaram com determinadas particularidades nos diversos continentes e países. Dos EUA à Europa, e desta, à Ásia e à América Latina, os governos e Estados burgueses foram sacudidos pela crise internacional, com graves consequências como a destruição de forças produtivas em grande escala (falências, fechamento de fábricas, desemprego, fome, miséria).

De 2008 a 2010, quando Lula já se encontrava no segundo mandato, o PIB mundial sofreu uma drástica queda. Passou de 5,2% (2007) a 3% (2008), -0,6% (2009) e 4,8% (2010). Diante da crise mundial, os governos e Estados intervieram com políticas econômicas no sentido de salvar os negócios dos grandes bancos e empresas falidos. Trilhões de dólares foram direcionados ao sistema bancário e financeiro, subsídios e exoneração de impostos foram conferidos aos grandes conglomerados econômicos para conter os efeitos da crise. Como se percebe a intensa ação dos bancos centrais em todos os países e dos organismos internacionais de financiamento (FMI, Banco Mundial) conseguiram conter circunstancialmente o avanço da crise, à custa da aplicação dos chamados planos de austeridade, isto é, de profundos ataques à vida e aos direitos dos trabalhadores, resultando em cortes nos orçamentos para a saúde, educação, salário e moradia. As medidas dos diversos governos não fizeram senão ampliar o quadro de contradições, resultando na denominada “dívida soberana”, no profundo endividamento público. Os dados revelam que a dívida total dos países da área do euro passou de 79,3% do PIB em 2008 para 102% em 2011. Demonstrem também um incremento na dívida dos diversos países em relação ao PIB no mesmo período. Em 2011, a dívida da Grécia correspondia a 157,1% do PIB, Portugal (110%), Espanha (74,8%), Itália (129%), Irlanda (120,4%), Inglaterra (88,5%), França (97,3%), Alemanha (87,3%), Japão (212%) e EUA (101,1%).

No Brasil não foi diferente. A economia brasileira sofreu com o impacto da crise mundial, embora Lula, na tentativa de manter a confiança dos mercados e estimular o consumo, a tratasse como uma “marolinha”. O PIB brasileiro variou no período para 5,1% (2008), -0,6% (2009), tendo uma alta, em seguida, para 7,5% (2010). O governo federal conseguiu conter temporariamente os efeitos da crise internacional com um conjunto de medidas econômicas, que iam de subsídios e exoneração de imposi-

tos e folha de pagamento dos empresários ao incentivo ao consumo e ao endividamento da população, através da extensão do crédito. O objetivo era criar as condições para o escoamento das mercadorias produzidas em larga escala e encalhadas nos pátios das grandes montadoras de veículos automotores e da indústria de eletroeletrônicos, além do comércio em geral. Ao mesmo tempo, as centrais sindicais (CUT, FS, CTB), na base do governo, agiram no sentido de realizar a conciliação de classes com as multinacionais e com os capitalistas nacionais, mediante o fechamento de acordos rebaixados, em prejuízo do proletariado e do conjunto dos trabalhadores assalariados.

Apesar da crise internacional e dos seus efeitos no Brasil, Lula conseguiu eleger a sua candidata, Dilma Rousseff (PT), ex-Ministra-Chefe da Casa Civil do governo, nas eleições presidenciais de 2010, no segundo turno, derrotando o então candidato José Serra (PSDB), com 56,05% dos votos contra 43,95%. O PT manteve a aliança com o PMDB, que indicou Michel Temer como vice-presidente. A conjuntura internacional indicava o avanço da crise mundial. Não à toa, Dilma Rousseff não só teve de ensaiar uma nova postura em relação à oposição de direita (PSDB/DEM), como se encontra mais susceptível à influência dos setores ligados aos grandes proprietários de terra, como é o caso da Confederação Nacional da Agricultura, representada por Kátia Abreu. Teve também de ajustar a política econômica à conjuntura mundial de crise. Para a direção do Banco Central, Dilma indicou Alexandre Tombini, mantendo Guido Mantega no Ministério da Fazenda. De fato, a economia mundial cresceu apenas 3,2% em 2012 e as previsões mais otimistas para 2013 não passam de 3,3%. O PIB brasileiro cresceu 2,7% em 2011 e 0,9% em 2012. A projeção mais otimista do Ministro Guido Mantega é de que o PIB em 2013 ficará entre 2,5% e 3%. O governo manteve o superávit fiscal em alta para pagar as dívidas com os credores nacionais e internacionais e tem elevado a taxa de juros, atualmente em torno de 7,5%. Ficaram para trás as altas taxas de crescimento tanto da economia mundial, quanto da economia brasileira.

O fato é que as condições econômicas do país e a situação dos trabalhadores e demais explorados têm se deteriorado, com a queda na produção e no comércio mundial, a desaceleração da economia chinesa, a queda nos preços das matérias-primas e produtos agroindustriais (*commodities*), afetando a pauta de exportações brasileiras, a desvalorização do real frente ao dólar, o aumento do endividamento da população e do país (a dívida pública atingiu a marca de R\$ 2 trilhões em 2012, podendo chegar a R\$ 2, 24 trilhões em 2013), o fechamento de fábricas e postos de trabalho, o aumento do desemprego, o crescimento da inflação (hoje em torno de 6,99%, segundo o governo), o incremento dos preços dos produtos da cesta básica e das tarifas (água, luz, telefone, transporte) acima da inflação oficial e a manutenção do salário mínimo de fome, atualmente de R\$ 678,00 reais, muito abaixo da meta do Dieese, que prevê a necessidade de um salário mínimo real de R\$ 2.750,83 para a manutenção de família de quatro pessoas.

Do ponto de vista da luta de classes nacional e internacional, o crescimento econômico proporcionou aos dois mandatos de Lula, que teve as centrais sindicais (CUT, FS e CTB) e a direção da UNE (PT e PCdoB) em sua base de apoio e sob seu controle, a possibilidade de frear a capacidade de luta do funcionalismo, dos assalariados e da juventude. Agora, Dilma encontra-se diante de uma nova etapa política, marcada pelo avanço das lutas em todo o mundo (greves, manifestações, ocupações e levantes). As manifestações, ocupações e greves gerais na Europa da juventude e dos trabalhadores mostraram o caminho e o método para enfrentar a crise, através da ação direta, embora o controle das burocracias sindicais e das direções reformistas burguesas tenha se constituído um profundo obstáculo ao avanço da luta no período. Os levantes no Egito, Tunísia e Líbia, que se estendem para o Oriente Médio levaram à derrubada de governos ditatoriais e forçaram o imperialismo a intervir diretamente ou por meio

das direções burguesas traidoras para preservar os fundamentos dos regimes políticos e a propriedade privada.

No ano de 2012, o governo Dilma teve de enfrentar uma onda forte de greves em todo o país de várias categorias de servidores públicos. Tal como ocorreu no governo Lula, contou mais uma vez com as direções burocráticas da CUT e da CTB para direcionar o movimento grevista nacional para as mesas de negociação com o governo federal, impossibilitando a unificação do movimento e fragmentando as categorias. Enfrentou também uma onda de greves-levantes dos operários nas obras do PAC, em Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, que foram reprimidas brutalmente pela Força Nacional de Segurança, criada ainda no governo Lula, para reprimir as greves e os movimentos sociais em todo o país. Igualmente, as greves de policiais militares e bombeiros foram reprimidas pelo Exército e pela Força Nacional de Segurança em vários Estados.

Entretanto, em junho de 2013 irromperam um conjunto de manifestações de estudantes e da população explorada em torno da revogação dos aumentos de tarifas de transportes nas capitais e em várias cidades do interior do país. Milhões de jovens saíram às ruas sob intensa repressão dos governos e da polícia. A repressão e as prisões efetuadas, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, só fizeram aumentar a insatisfação da juventude e da população empobrecida em praticamente todas as capitais e grandes cidades, que responderam com o crescimento das manifestações e enfretamento do braço armado do estado. Os governos estaduais e federal utilizaram inicialmente os meios de comunicação com o objetivo de desmoralizar os manifestantes, chamando-os de vândalos. Não conseguindo dobrar os manifestantes e diante do apoio da população, os governos e os meios de comunicação procuraram disciplinar o movimento e influenciar as suas reivindicações, introduzindo bandeiras burguesas como reforma política, plebiscito, constituinte, entre outras, além de reforçar o apoliticismo e apartidarismo de uma parte da juventude. Por fim, as centrais sindicais, diante da onda de manifestações, foram arrastadas a chamar um dia nacional de paralisações, ocorrido em 11 de julho em todo o país, desta vez incluindo um conjunto de reivindicações pactuado pelas centrais (CUT, FS, CTB, Conlutas).

Numa análise de conjunto dos mandatos de Lula e de Dilma Rousseff (PT), podemos constatar claramente que as multinacionais e os grandes capitalistas nacionais foram agraciados com as políticas econômicas do Banco Central (Henrique Meirelles e Alexandre Tombini) e do Ministério da Fazenda (Antonio Palocci e Guido Mantega). O governo manteve em linhas gerais os fundamentos econômicos do Plano Real, elaborado e aplicado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), assegurou a política de *superávit fiscal*, com cortes nos orçamentos e economia para pagamento dos juros das dívidas externa e interna com bancos e organismos nacionais e internacionais. Os governos de Dilma e Lula também deram continuidade à política de privatização dos governos anteriores, privatizando bancos federalizados, rodovias, portos, aeroportos e petróleo. Enquanto a educação e a saúde vegetam, o governo gasta bilhões com as grandes construtoras nas obras da Copa do Mundo. Os gastos com juros e amortizações da dívida foram incomparavelmente maiores que as despesas com saúde, educação, moradia, reforma agrária ou mesmo com o bolsa família. Só para se ter uma ideia, os gastos atuais com a dívida pública chegam a 42% de todo o orçamento. Do total de R\$ 2,14 trilhões de reais do orçamento de 2013, R\$ 900 bilhões se referem ao pagamento de juros e amortizações. Para a educação estão previstos R\$ 71,7 bilhões, para a saúde, R\$ 87,7 e para a reforma agrária apenas R\$ 5 bilhões.

Os governos petistas mantiveram, em linhas gerais, uma postura de subserviência aos interesses das potências imperialistas (EUA e Europa), como atesta o papel do Brasil na intervenção imperialista no Haiti e no Congo. Lembremos das visitas dos presidentes dos EUA George W. Bush e Barack Obama ao Brasil, respectivamente, nos governos de Lula e Dilma Rousseff, interessados em fechar acordos sobre os biocombustíveis.

A prepotência norte-americana e a submissão da semicolônia brasileira chegam a tal ponto, que, em plena visita de Obama ao país, o presidente dos EUA ordenou a intervenção militar na Líbia de Kadhafi. Durante os três mandatos petistas, o governo serviu de porta-voz da classe dominante diretamente em negociações com outros países, nas diversas viagens realizadas particularmente pelo presidente Lula a vários países, fechando acordos comerciais. Na América Latina, o governo brasileiro nos últimos 10 anos agiu no sentido de frear as lutas sociais dos explorados nos países latino-americanos, além de direcionar as suas ações para fechamento de acordos econômicos de interesse da burguesia no âmbito do Mercosul.

Apesar do apoio recebido pelo MST, tanto Lula quanto Dilma não conseguiram fazer avanços na questão agrária. Ao contrário, os dados indicam o avanço do agronegócio no campo, a expulsão de camponeses e indígenas, que engrossam o contingente de sem-terras. A desnacionalização da terra e o avanço do capital financeiro demonstram que o governo age no sentido de beneficiar o agronegócio voltado à produção de matéria-prima e produtos agroindustriais (*commodities*) para exportação, enquanto as famílias camponesas vegetam na miséria. O assassinato de camponeses e lideranças pelo braço armado (jagunços) do latifúndio só aumenta. A grande propriedade da terra está completamente garantida pelos governos estaduais e federal. Os assentamentos diminuíram sensivelmente e as condições dos camponeses se tornam cada vez mais precárias. A seca, a fome e a miséria no campo, particularmente no Nordeste, tornam a vida ainda mais difícil. A resolução da questão agrária por meio de limitadas desapropriações com indenização aos latifundiários pelo Estado, preservando o latifúndio e o agronegócio, não arranha a estrutura da grade propriedade da terra e se mostra um obstáculo ao avanço da luta camponesa.

Na educação, as coisas andam ainda piores. Os interesses dos capitalistas do ensino não só estão preservados sob os governos petistas como foram ampliados. A dicotomia entre o ensino público e privado se aprofunda. Os investimentos privados, o controle do capital financeiro e o processo de centralização de capitais, com a fusão de empresas de ensino têm aumentado. A mercantilização do ensino chegou a tal nível, que os dados indicam que das 2.377 instituições de ensino superior no país, 88,3% são privadas. Elas concentram 75,3% de todas as matrículas no ensino superior. O governo auxilia os capitalistas do ensino com a compra de vagas nas universidades (PROUNI) e a política de financiamento (FIES), transferindo recursos públicos para a iniciativa privada. Por outro lado, o ensino público enfrenta uma grave crise. O governo federal tem imposto a política de ampliação quantitativa de vagas nas universidades federais, sem as condições de infraestrutura, de trabalho e estudo correspondentes para professores, estudantes e técnico-administrativos. Impôs também a privatização dos Hospitais Universitários com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), verdadeiro ataque aos direitos e conquistas do funcionalismo.

Em síntese, os 10 anos do PT a frente do Estado burguês consolidaram uma trajetória de adaptação do partido à democracia, ao eleitoralismo e ao Estado burguês, o que implica preservar e defender os fundamentos da grande propriedade privada capitalista e da ordem burguesa.

## As tarefas dos revolucionários

Antes de chegar ao poder do Estado burguês, o PT teve de demonstrar na prática, a frente da máquina estatal nos municípios, estados e Distrito Federal, que, apesar das bandeiras mais radicais que levantou ao longo da década de 1980, depois metamorfoseadas em propostas político-parlamentares moderadas, da continuidade de sua hegemonia no movimento operário, estudantil e popular, da sua influência sobre a burocracia sindical, o que o partido queria, nos fatos, era administrar

de forma “ética e sustentável”, a economia, a ordem social e política do Estado burguês. Para tanto, muitos dos seus quadros no executivo municipal e estadual, antes mesmo da eleição de Lula para presidente, não tiveram qualquer pudor em aplicar o receituário neoliberal (privatizações, cortes de verbas para o orçamento social, enfrentamento de greves e manifestações do funcionalismo e de estudantes) ou sucumbir ao lodçal da política burguesia.

No caminho de ajustamento do PT às disputas eleitorais-parlamentares em torno da administração dos negócios gerais da burguesia, a direção do partido (sistematicamente nas mãos da Articulação, hoje parte do campo Construindo um Novo Brasil – CNB), a qual esteve sob influência e condução direta por Lula e José Dirceu, arrastou inúmeras correntes ao reformismo, mesmo que algumas delas tenham no passado defendido a revolução socialista e a luta de classes como métodos da classe operária e demais explorados. A estratégia de governo dos trabalhadores (transformada em governo democrático e popular) e a tática das frentes populares, com setores e partidos da burguesia foram assimiladas gradualmente por diversas correntes, que, passados 33 anos da criação do partido, se adaptaram inteiramente à dinâmica interna burocrática imposta pela direção nacional e ao projeto político majoritário de administrar o poder do Estado burguês, respeitando a legalidade, os contratos, o direito de propriedade privada e os limites da democracia formal capitalista, mesmo que tenham que se chocar contra as massas.

Para o PT, não se trata de realizar uma transformação profunda e radical da estrutura econômica e social do país. A hipótese de uma revolução social depois dos acontecimentos de 1989 e 1991, no Leste Europeu e na União Soviética, sequer é cogitada nas discussões e debates internos ao PT. O problema da economia brasileira e, portanto, da economia capitalista é a distribuição de renda, supõem os seus partidários. Trata-se de dividir mais equitativamente a renda nacional, mediante programas e medidas de transferência de renda, como o bolsa família. Para tanto, era necessário realizar um amplo leque de alianças (como de fato tem acontecido até hoje) para cumprir estas tarefas. O PT deseja reformar o capitalismo numa época marcada pela decadência geral do sistema, caracterizada por guerras, revoluções e contrarrevoluções.

O balanço dos 10 anos da experiência do PT à frente do Estado burguês serve para definirmos claramente as tarefas dos revolucionários na atual etapa da luta de classes. Aqui nos diferenciamos completamente das correntes de esquerda, dentro e fora do PT, que se reivindicam marxistas. Apesar do avançado processo de adaptação do PT ao Estado, à democracia e ao eleitoralismo, algumas correntes continuam disseminando a ilusão de que os governos petistas estão em disputa e que servem ao avanço da luta dos trabalhadores, da juventude e demais explorados. Chegam a ocultar o caráter de classe dos governos petistas, que não é outro senão governos burgueses, pela sua posição diante da grande propriedade privada dos meios de produção. Correntes que se reivindicam do marxismo e, mesmo do trotskismo, como O Trabalho (OT) e a Democracia Socialista (DS) continuam no partido, compondo com a burocracia na direção da Central Única dos Trabalhadores ou na esfera estatal (caso da DS), mesmo diante do longo e profundo processo de adaptação do PT à ordem burguesa.

Correntes como o PSTU, apesar de fazerem duras críticas aos rumos dos governos do PT não conseguiram de fato romper estrategicamente com o antigo partido. Defendem a via do governo dos trabalhadores, como um produto eleitoral. Por isso, o balanço realizado por estas correntes se direcionam à conformação de uma frente eleitoral de esquerda para as eleições de 2014. O fracasso do reformismo petista não foi capaz ainda de superar completamente as ilusões de uma parcela expressiva da esquerda na possibilidade dos trabalhadores chegarem ao poder do Estado burguês por meio do processo eleitoral-parlamentar e realizar a tarefas revolucionária de expropriação da grande propriedade privada

dos meios de produção, necessária à construção do socialismo. O POR rompeu com o PT defendendo a estratégia da revolução e ditadura proletárias, única via capaz de levar a classe operária e demais explorados à conquista do poder e à constituição do governo operário e camponês, expressão política da ditadura do proletariado.

Na época do Imperialismo, isto é, de decadência do capitalismo (guerras, revoluções e contrarrevoluções), nenhum governo saído do ventre da ordem burguesa, que mantenha intacta a grande propriedade privada burguesa, os interesses do capital financeiro e das multinacionais, ou seja, que não rompa com a classe dominante nacional e com o imperialismo, será capaz de realizar as tarefas democráticas pendentes (questão agrária, superação do analfabetismo e universalização da educação em todos os níveis, pleno desenvolvimento das forças produtivas e superação dos desequilíbrios regionais, garantia da soberania nacional e a elevação do país a condição de nação independente frente ao imperialismo), nem muito menos transformá-las em tarefas socialistas. O nacional-desenvolvimentismo burguês, em sua época, não o fez; o reformismo petista não o fará. Servirão, no máximo, como instrumentos da democracia e do Estado burguês para proteger o sagrado direito de propriedade e o domínio de classe dos capitalistas. Terminarão submetidos à burguesia nacional e ao imperialismo.

É o que aponta a experiência com o reformismo petista. A chegada do PT ao governo federal levou as centrais sindicais, já profundamente burocratizadas, a um verdadeiro processo de estatização. A política de cooptação das lideranças pelo governo, através da ocupação de cargos em secretarias, ministérios e assessorias parlamentares se intensificou. Ao longo dos últimos 10 anos, a política da direção da CUT e da UNE se voltou à conciliação de classes com o governo e os capitalistas. As burocracias nos sindicatos, centrais e demais organizações dos explorados se tornaram verdadeiros obstáculos ao avanço da luta de classes no país. A reforma sindical imposta pelo governo e pelo parlamento ao movimento operário, fortalecendo as burocracias nas centrais sindicais, desencadeou uma luta desesperada em torno do controle das entidades sindicais e centrais. A fragmentação do proletariado e demais assalariados em várias centrais sindicais têm enfraquecido a mobilização, organização e luta dos trabalhadores.

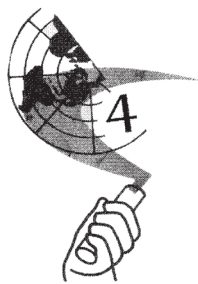
A tarefa dos revolucionários diante da burocratização, estatização e fragmentação das organizações dos trabalhadores consiste na defesa da unidade na luta, da democracia operária e da independência de classe frente aos governos e partidos burgueses. Sem independência de classe não é possível defender a vida e as reivindicações dos explorados. A formação de frações revolucionárias e o combate pelas reivindicações dos explorados no movimento operário, popular e estudantil são o caminho para superar ilusões no governo, no Estado e na democracia. As manifestações de junho mostraram claramente que o método apropriado para avançar na luta é a ação direta das massas (greves, ocupações, manifestações, assembleias). A conciliação de classes, o cretinismo parlamentar e as disputas interburguesas só levam a derrotas.

A nova etapa da luta de classes aberta pela crise de 2008 coloca a necessidade de superação da crise de direção revolucionária. A construção do partido revolucionário não admite improvisações. Tem de ser parte da luta por elaborar o programa da revolução proletária e de constituir quadros revolucionários capazes de defender o programa marxista da revolução proletária no seio da luta de classes. Esta tarefa é igualmente parte do esforço por reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O Partido Operário Revolucionário (POR) e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), ao qual está ligado, se esforçam por superar a crise de direção mundial imposta pelo estalinismo, com a destruição da III Internacional. São estas as tarefas de quem deseja sinceramente realizar um balanço dos 10 anos do PT no poder do Estado burguês

## Nesta edição:

- Egito: As massas necessitam romper com seus preconceitos religiosos e democrático-burgueses, unificando suas ações sob um programa de reivindicações vitais e com o método da luta de classes
- Lit-QI admite golpe militar no Egito em nome das massas
- Argentina: Basta de politicagem, basta de enrolação! As eleições são uma farsa

## Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Egito: As massas necessitam romper com seus preconceitos religiosos e democrático-burgueses, unificando suas ações sob um programa de reivindicações vitais e com o método da luta de classes

A burguesia egípcia não conseguiu se unificar. Suas divisões e choques impediram a estabilização do regime, que surgiu do golpe militar que afastou Mubarak. Muito menos têm conseguido conter o levante das massas. Estas se encontram, porém, divididas em torno do apoio de uma ou outra fração burguesa, ainda que continuem radicalizadas e mantenham uma presença nas ruas. Recorrem à ação direta e às greves. Preservam, assim, em sua prática diária, a conquista de 2011/12: somente a ação coletiva e o exercício de sua soberania nas ruas podem impor suas reivindicações.

Em outras palavras: as massas são capazes de ocupar as ruas e desestabilizar governos, mas não podem tomar um caminho independente. A burguesia consegue ainda controlar politicamente suas aspirações, ainda que impotente para resolver as contradições econômicas que empurram objetivamente as massas às ruas. No seio desta contradição, atuam as Forças Armadas.

O golpe contra Mubarak e Mursi foi a forma contrarrevolucionária que emergiu da contradição entre as condições objetivas para a revolução e a ausência do partido marxista-leninista-trotskista capaz de dirigi-la. Confirma que não houve uma revolução democrática com a queda de Mubarak. Os golpistas que derrubaram o governo, o agente da ditadura militar de mais quatro décadas, são os mesmos que derrubaram o governo eleito de Mursi, em julho de 2013.

As Forças Armadas abortaram o avanço revolucionário das massas egípcias substituindo os componentes do governo, servindo-se de métodos diferentes (golpes militares e eleições restritivas), dirigidos para um mesmo fim: estabilizar o país de acordo com os interesses imperialistas na região. Foram as greves, a tomada das ruas e praças, a ocupação de fábricas, as manifestações coletivas que tornaram a Praça Tahir em auto-organização das massas, o que levou o exército a intervir, sob o comando do imperialismo.

A democracia resultante desse processo só podia ter um caráter artificial e instável. As massas novamente retomaram as ruas empurradas pela carestia, o desemprego e a destruição de suas condições de vida. A corrupta e manietada democracia egípcia não consegue impedir o choque das massas contra os pilares do capitalismo, ainda que consiga desviá-las com soluções democrático-burguesas. Mas o

fator essencial de sua sobrevivência é o controle pelo exército sobre as frações burguesas em disputa.

As mais recentes manobras diplomáticas realizadas pelo embaixador norte-americano, William Burns, e da União Europeia (UE), Bernardino León, para realizar reuniões no Cairo com o governo e a Irmandade Muçulmana, não passam de uma máscara democrática, utilizada pelo imperialismo para tentar estancar a hemorragia do regime político. Das negociações, sairá a convocação de novas eleições, com o objetivo de estabilizar a situação. Caminho esse que legitimará o golpe militar contra o governo eleito da Irmandade Muçulmana.

O triunfo do golpe de julho está ensopado pelo sangue dos manifestantes partidários de Mursi. A prisão do presidente da República e de lideranças da Irmandade, bem como os ataques policiais às manifestações coletivas que exigem a libertação de Mursi tornaram-se um grande obstáculo para um acordo em torno de novas eleições. Caso venha ocorrer, será à custa das bases muçulmanas e do aprofundamento das rachaduras da democracia burguesa tutelada pelos militares. Dificilmente, se estabilizará o governo com o país dividido. Tudo indica que os confrontos continuarão. O que torna mais dramático ainda a necessidade de unificar a maioria explorada em torno da política revolucionária do proletariado.

Um fator adicional da crise é que, no Egito, não existe uma maioria política, étnica ou religiosa que possa se impor prontamente ao Estado burguês. Interpõe-se além disso uma camarilha militar constituída em um aparato com interesses próprios que advém de sua subordinação ao imperialismo.

O problema das massas é que, com referência a 2011 e 2012, as mobilizações estão fragmentadas e arremetidas pelos interesses de uma ou outra fração burguesa. Não menos certo é que sua decepção crescente com a ficção democrática egípcia poderá ajudá-las a amadurecer sua consciência de que nada pode esperar dela. Processo que será mais rápido se sua experiência prática nas rebeliões populares se entroncar com o programa revolucionário do proletariado. O que exige que a vanguarda independente da burguesia e de suas expressões políticas se coloque por constituir o partido marxista. Essa possibilidade ainda não apareceu concretamente.



Tal é a complexa combinação de fatores que indicam a impossibilidade de triunfar a revolução democrática, que despontou com os levantes de 2011. Na época imperialista, a revolução democrática em um país atrasado e semicolonial é impossível sem que se rompa com a opressão nacional. A burguesia já não poderá realizá-la. Está completamente entrelaçada com o capital financeiro e multinacional. A pequena burguesia somente se lançará pela libertação nacional, caso esteja sob a direção do proletariado. E este não tem como dirigir a maioria oprimida sem o partido revolucionário. Está aí por que o fundamental da política internacionalista para o Egito se concentra na tarefa de organizar a vanguarda que desponta.

A estratégia de poder se colocou plenamente no Egito desde os combates pela derrubada da ditadura de Mubarak. Todas as frações burguesas e pequeno-burguesas que atuaram no seio das massas trabalharam por condicioná-las à estratégia de um governo democrático-burguês, sustentado por instituições democráticas. Essa estratégia implicou que as massas não derrubassem pela via revolucionária a ditadura e constituísse um governo próprio. Está aí porque a oposição liberal, a Irmandade Muçulmana e a esquerda democratizante se submeteram à solução apresentada pelos militares e pelo imperialis-

## Lit-QI admite golpe militar no Egito em nome das massas

A Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional (Lit-QI) divulgou uma longa declaração - "Nenhuma confiança no governo fantoche dos militares e do imperialismo" - que segue a particular concepção do revisionista Nahuel Moreno de revolução democrática.

Eis as principais formulações: 1) "A derrubada do governo Morsi significa uma nova e imensa vitória das massas populares."; 2) ... "o Exército usurpou a ação das massas e tomou em suas próprias mãos a condução do processo, evitando que o povo continuasse se mobilizando até a derrubada por si mesmo o governo."; 3)... "a queda de Morsi é similar à queda de Mubarak, que ao final de seu governo, diante da poderosa mobilização de massas, viu a própria cúpula do Exército lhe dizer que devia renunciar porque era impossível manter-se no poder." 4) "A volta de Morsi, descartado pela ampla maioria do povo, seria um retrocesso para a revolução"; 5) "Enquanto a Irmandade continuar chamando seus partidários a sair às ruas para retomar o poder, isto é, a ir na contramão da ação da ampla maioria do povo e da conquista que representa ter derrubado Morsi não estamos a favor de defender seus direitos de expressão nem de manifestação"; 6) "Derrubado Morsi, o principal inimigo do movimento de massas é o novo governo instalado outra vez pelos militares; 7) "Para que a revolução possa vencer, para que tenha uma verdadeira mudança econômica e social no Egito, é necessária uma saída independente, apresentada pela classe operária e pelo povo."

Com a convicção de que a remoção de Mubarak pelos militares e agora a destituição de Morsi expressam a marcha de uma revolução democrática, os morenistas apoiaram o golpe de 3 de julho. Entendem que se trata de uma simples usurpação. Como os generais atenderam ao clamor da maioria, o golpe se inscreve no processo da revolução democrática. A destituição de Morsi pela Forças Armadas, de qualquer forma, seria progressiva, pois se tratava de um governo autocrático, embora tenha sido eleito.

A Lit-QI, representada no Brasil pelo PSTU, assim se nega a defender a libertação do ex-presidente e o direito de expressão e manifestação da Irmandade Muçulmana. Trata-se de uma posição antedemocrática. Os morenistas, assim, se colocam de acordo com as ações e

mo de afastar Mubarak, constituir uma Junta Provisória e convocar eleições tuteladas. Essa via subordinou a ação das massas ao golpe branco. Isso explica porque a instabilidade do regime político se agravou com a vitória eleitoral da Irmandade Muçulmana. A estratégia que levaria à revolução democrática é a que constituiria um governo revolucionário, que só poderia ser um governo operário e camponês, expressão governamental do controle do proletariado sobre o Estado por meio de sua ditadura de classe. Não pode haver dúvida de que a revolução democrática é parte de uma revolução proletária.

O problema da estratégia não muda na situação presente da crise. A política do proletariado para unificar as massas e independizá-las das direções burguesas e pequeno-burguesas não só deve responder ao golpe militar como também defender sua estratégia de poder. Condenamos o golpe militar, exigimos a libertação dos membros da Irmandade Muçulmana, que inclui o presidente Mursi, e levantamos a bandeira do governo revolucionário saído das massas em luta. Governos esse que se compromete diante da maioria explorada a convocar uma Constituinte soberana e democrática, com o objetivo de estabelecer a solução das tarefas democráticas, da independência nacional e das transformações socialistas.

com os métodos dos militares golpistas.

A Irmandade Muçulmana lidera considerável parcela da população oprimida. Não por acaso, é uma poderosa força política capaz de dividir as massas. No segundo turno das eleições, derrotou o candidato dos militares e ex-primeiro ministro de Mubarak, Ahmed Shafik, obtendo 51,7% dos votos. Recordemos que Mohammed Morsi não era o candidato do Partido Liberdade e Justiça (FJP). O nome original da Irmandade Muçulmana foi cassado pela Comissão Eleitoral, influenciada pelos militares.

A constituição do novo governo se deu em meio a uma crise interna ao poder do Estado. O Conselho Supremo das Forças Armadas que assumiu a governabilidade transitória procurou encaminhar as mudanças institucionais de acordo com as metas que assegurassem a permanência do velho regime e o destacado lugar dos generais. O aparato militar-judiciário que controlou o Egito por quase 60 anos não comporta um governo que não esteja sob sua tutela.

Nas eleições para a Assembleia do Povo, que antecederam as presidenciais, a Irmandade obteve o primeiro lugar; em segundo, o partido Al-Nour muçulmano salafista (sunita). Os liberais e a esquerda ficam em ultraminoria. A Assembleia do Povo promulgou uma Constituinte. Os muçulmanos tinham a maioria e podiam impor sua linha política, segundo os seus preceitos (leis islâmicas). A oposição minoritária se apoiou nos militares e na Justiça (herdada inteiramente da ditadura de Mubarak), para barrar o avanço da Irmandade. A Assembleia Constituinte foi dissolvida.

Assim que Morsi foi eleito, a Junta Militar baixou um decreto limitando os poderes do presidente. O governo se afirmou afastando alguns generais e assumindo a governabilidade. Recompõe-se a Constituinte, aprova-se a nova Constituição e realiza-se um referendo. A oposição contesta a nova Constituição por representar a islaminização do Estado. E apenas 30% da população participam no referendo. Os liberais mantiveram a mesma linha de impor limites aos islâmicos pela via do Judiciário e dos militares. Ao mesmo tempo, voltavam às mobilizações, agora contra o novo governo. A via seguida por uma grande parcela dos egípcios, portanto, era e é a dos liberais.

Sem dúvida, os explorados continuam a ressentir a crise econômica e o agravamento da miséria – principal fator das mobilizações. O governo burguês de Morsi se mostrou imediatamente submetido aos militares, protetor da grande propriedade e limitado pelas pressões do imperialismo. No entanto, há uma outra parcela significativa dos egípcios que apóia a Irmandade e seu governo. Caso não fosse assim, a crise não persistiria e o imperialismo não teria de enviar seus emissários para conversar com os líderes da Irmandade presos e com o governo militar para se encontrar uma saída negociada.

Não há nada de estranho que o senador republicano, John McCain, considere que houve um golpe e que é preciso libertar Morsi para restabelecer canais de conciliação com a Irmandade. Obama, de seu lado, não se refere a golpe para não ter de cortar a “ajuda” de 1,3 bilhão aos militares. Não faltam vozes que justificam a derrubada de Morsi como vontade popular e que agora é preciso reunir as partes para dar um novo passo em favor da estabilização do regime político. Obama e McCain, de fato, cumprem o mesmo papel de intervenção imperialista. De um lado, mantêm-se as boas relações com os golpistas e, de outro, se atam relações com a Irmandade. Os islâmicos acusaram os Estados Unidos de apoiarem a ação dos militares e dos liberais. Chegaram a marchar contra a embaixada norte-americana no Cairo.

E Junta diz que há um calendário para se fazer a transição por meio de novas eleições e que os estrangeiros não devem interferir. Mas autorizou os agentes imperialistas de entrarem na prisão onde se encontra Mursi e outros líderes da Irmandade. Finalmente, a Junta os responsabiliza de não aceitar a reconciliação. E ameaça em desbaratar os acampamentos da Irmandade, que reúne milhares de defensores de Morsi.

Não pode haver dúvida de que a Casa Branca nada fez para impedir a derrubada do presidente eleito. O golpe foi uma medida que contou com o apoio da parcela mobilizada. Os generais deram um prazo para Morsi renunciar. Assim, a medida cirúrgica foi anunciada. A Irmandade não mobilizou suas bases para garantir o governo. Só o fez depois de sua destituição e prisão. Ao que foi respondido com brutal violência.

O massacre que deixou 80 mortos nas fileiras da Irmandade alertou o imperialismo sobre os perigos de uma divisão das forças burguesas diante do agravamento dos conflitos e da situação instável da região. Estima-se que já morreram 300 participantes nos confrontos. Não se pode negar que os egípcios estão sob um golpe sangrento.

Observa-se que o esgotamento da ditadura de Hosni deu lugar à divisão interburguesa e aos levantes populares. Sob a máscara do islamismo e do liberalismo, manifestam-se os mais diversos interesses das frações burguesas, da pequena-burguesia e do imperialismo. O proletariado se acha ausente politicamente, uma vez que não tem seu partido e suas organizações sindicais acabaram arrastadas por trás dos choques interburgueses.

É fundamental entender esse processo e identificar as forças em disputa para defender a política e a estratégia do proletariado. É o que não faz a Lit-QI/PSTU. O leitor da declaração “Nenhuma confiança no governo fantoche dos militares e do imperialismo” se depara com graves omissões de dados e de análise. Abundam-se formulações antimarxistas, como a de que a derrubada de Morsi foi uma vitória das massas. Inventa-se a mobilização popular como categoria positiva de determinação do golpe, que de progressivo passa imediatamente a contrarrevolucionário. Separa-se o método militar golpista (“a forma”) da derrubada do governo eleito (conteúdo).

E por quê? Porque a Lit-QI se esmera em aplicar a revisão de

Nahuel Moreno do trotskismo sobre o caráter da revolução democrática nos países semicoloniais. Quando do afastamento de Mubarak, em fevereiro de 2011, precedido de uma gigantesca mobilização no final de janeiro, a Lit-QI não reconheceu o golpe militar. Taxou a remoção do ditador pelos generais e pelo imperialismo como “vitória da revolução democrática” (Opinião Socialista 418). Agora, as Forças Armadas, com apoio dos Estados Unidos, derrubaram o governo eleito, prenderam o presidente da República e reprimiram violentamente a reação da Irmandade; e novamente a Lit-QI proclama que foi mais um passo progressivo da revolução democrática. Chega a igualar a destituição de Morsi com a remoção de Mubarak, sob a constatação de que em ambos os casos as massas pediam o fim do governo e sob o argumento de que também em ambos os casos os militares se apropriaram da vitória dos manifestantes.

Diante do novo golpe, pelas mesmas forças que afastaram Mubarak, os morenistas tiveram de manter a caracterização de que houve a revolução democrática, agora voltada a destituir um teocrata que levava o Egito a se tornar uma república islâmica. Os militares, assim, fazem concessões democráticas para se manter no poder, segundo o raciocínio dos morenistas. Essa atitude forçada da reação indicaria que avança a revolução democrática. Estas são razões suficientes para a Lit-QI e o PSTU não levantarem a bandeira de “abaixo o golpe militar” e de não exigirem a liberdade dos presos da Irmandade. Sob essa mesma posição, como pequeno-burgueses filisteus, condenaram moralmente a mortandade de partidários de Morsi.

A conclusão dessa posição dos morenistas (centristas, revisionistas) foi a de apoio ao golpe. Não se trata apenas de uma dedução. Em sua declaração, a Lit-QI explica sua conduta diante do momento decisivo: “Quando os militares, frente à mobilização das massas, deram um ultimato a Morsi e lhe anunciaram que se em 48 horas não cumprisse com as reivindicações do povo iriam derrubá-lo, a posição dos revolucionários e sua localização não podia mudar, porque o “golpe” dos militares não significava um retrocesso, como seria se envolvesse a mudança de um regime democrático-burguês para uma ditadura. Nesse caso, tratava-se de um “golpe” nos marcos do mesmo regime militar e ainda que o exército estivesse derrubando o governo pela força, estava satisfazendo a principal reivindicação do movimento de massas naquele momento: derrubar Morsi”.

Claríssimo! Os militares deram um ultimato em nome das massas, portanto respondiam a sua vontade soberana. Como o presidente não se curvou, a sua remoção pela força dos militares se justificou e foi progressiva, uma vez que a Lit-QI não viu nenhum retrocesso democrático.

O leitor nota que os redatores da declaração colocam golpe entre aspas, indicando que não foi bem um golpe. Na derrubada de Mubarak, os centristas não viram um golpe e agora também não, embora sejam mais cautelosos em negá-lo, bastando as aspas. Como diz o redator, a essência não está na forma (golpe) como se derrubou o presidente, mas no conteúdo (vontade das massas em se livrar do autocrata). Mas o certo é que os manifestantes, desta vez, contaram com a pronta anuência dos militares, descontentes com as medidas de Morsi, voltadas a controlar a máquina do Estado. E os militares contaram com o apoio dos manifestantes para destituir Morsi.

A dependência das massas diante das Forças Armadas se revelou já no afastamento de Mubarak. Agora, esse vínculo voltou a se manifestar. No entanto, foi agora na circunstância de disputa interburguesa no seio do Estado, perante a qual os militares atuaram e atuam com poder de decisão.

A raquítica burguesia egípcia não controla o centro de decisão do país. Desde a derrubada da monarquia em 1952 e a proclamação da

República em 1953, as Forças Armadas assumiram a tarefa de conduzir o País e os negócios da frágil burguesia. Está aí por que a casta de oficiais, com o tempo, se entrelaçou profundamente com os negócios do Estado e do setor privado. Passou a expressar interesses próprios. O vínculo das Forças Armadas com o imperialismo impulsionou a formação de camarilhas, regada com fartas quantias de dólares. O que se projeta na crise atual.

Os militares, liderados pelo coronel Gamal Abdel Nasser, implantaram a ditadura nacionalista que foi se transformando em pró-imperialista. O marco da virada se deu com o governo de Anuar Sadat. Mubarak assumiu o poder em 1981, avançando a subserviência da nação oprimida ao imperialismo. Por três décadas, o Egito foi dirigido pela ditadura sanguinária e corrupta de Mubarak. A principal força de oposição esteve a cargo da Irmandade Muçulmana, por isso mesmo perseguida sem trégua. Os seus dirigentes foram abandonando os métodos da resistência armada e concluíram como defensores dos métodos parlamentares, ainda sob a ditadura. Prepararam-se para o esgotamento da ditadura como uma via de poder substituto.

Os islamitas não estiveram nas primeiras horas das mobilizações contra Mubarak. Aderiram ao movimento quando ficou evidente que a imensa maioria se mostrou disposta a se livrar da ditadura. Tanto a Irmandade quanto os liberais evitaram se confrontar com os militares e contaram com sua ação para promover a transição negociada. Apesar de todas as diferenças, houve unidade em torno do apoio a uma solução militar de afastamento de Mubarak e de constituição de uma Junta Provisória. Estava assim encerrado o processo da revolução democrática.

A Irmandade se destacou naturalmente como principal organização. Venceu as eleições parlamentares e presidenciais, mas sob a tutela dos militares e sob as instituições da ditadura, que se mantiveram intactas. As eleições, a constituição da Assembleia do Povo e instituição de um presidente pelas urnas não resolveram a crise do regime político, aberta em janeiro de 2011. Morsi não teve capacidade de centralizar o comando do Estado e disciplinar as disputas interburguesas. Os generais continuaram como árbitro, apoiados pelas camarilhas do Judiciário. Não havia como Morsi governar, muito menos implantar uma república islâmica, que teria de seguir em grande medida a dos aiatolás iranianos. A via “moderna” implantada na Turquia exige uma burguesia melhor estruturada.

O reacionarismo do islamismo caminha na contramão das bandeiras de liberdades e de direitos civis da pequena-burguesia urbana. A oposição liberal pró-imperialista – a Irmandade guarda traços nacionalistas – se vale da rejeição da juventude e de camadas da pequena-burguesia urbana ao obscurantismo dos islamitas para promover a luta interburguesa pelo poder do Estado. A reação da Irmandade contra o golpe demonstrou que conta com apoio de um contingente expressivo da população. O massacre do dia 8 foi a resposta dos golpistas à tentativa dos manifestantes de libertarem Morsi, preso na Guarda Republicana. O choque expôs grave fratura no movimento que levantou a bandeira unitária de abaixo Mubarak.

As camadas sociais que estiveram pela derrubada de Morsi se acham em contraposição com as que seguem a Irmandade Muçulmana. Essa cisão põe fim ao processo da revolução democrática interrompida pelo golpe branco de fevereiro de 2011. Esse ponto fundamental é totalmente ignorado pelos revisionistas da Lit-QI. As eleições que levaram Morsi à presidência submeteram a maioria explorada a uma disputa política pela constituição de um novo governo burguês. A unidade revolucionária alcançada pela derrubada de Mubarak foi desfeita pelo golpe militar, a divisão interna se impôs nas eleições

e se aprofundou diante da destituição de Morsi. Esse é o principal problema para a política do proletariado. Não pode haver progresso revolucionário quando as forças burguesas em dissensão jogam uma parte da população contra outra. Os revisionistas da Lit-QI/PSTU não podem alcançar essa compreensão.

A luta contra a solução militar de fevereiro de 2011 dependia da presença de um partido que desenvolvesse a estratégia proletária de tomada do poder e unificasse os explorados em torno da estratégia do governo operário e camponês, que se comprometeria a convocar uma verdadeira Constituinte Soberana e Democrática. Essa era a única via para triunfar a revolução democrática. Os centristas referem-se ao partido revolucionário como formalidade – uma veruga na epiderme. A revolução democrática, portanto, pode ocorrer indiferente à direção. Está aí por que a Lit-QI e PSTU se negaram a levantar a bandeira de “abaixo o golpe” já no momento em que os militares deram o ultimato a Morsi. **Vinculada à luta contra o golpe, se colocava a defesa de que somente as massas podem derrubar o governo eleito e constituir um governo revolucionário sustentado pela maioria oprimida.**

Há uma tarefa colocada desde os levantes de 2011, que é o de mostrar aos explorados que as Forças Armadas são o pilar da ditadura de classe da burguesia e se encontram atadas ao imperialismo. Se as massas estão na dependência dos militares para mudar o regime político ou seu governo, estão fadadas a fracassar e a se sujeitar mais profundamente aos exploradores. Essa é a atual contradição trágica do Egito.

O combate revolucionário ao golpe, em hipótese alguma, levaria a apoiar o governo teocrático. Resultaria na defesa do governo eleito contra o golpe militar e na defesa da estratégia proletária de poder. Mas os manifestantes anti-Morsi apoiaram o ultimato dos militares, o que fazer? Não se adaptar ao ânimo das massas que seguem a política da oposição burguesa. Não aceitar a divisão imposta aos explorados pelos governistas e antigovernistas. Atuar em seu seio com o programa, as bandeiras e os métodos da classe operária.

A contradição encontrada pelos centristas entre a forma do golpe e o conteúdo da destituição de Morsi não é verdadeira. As massas quando subordinam sua ação direta ao método burguês militarista estão em uma posição de dependência reacionária. Não compreendem que estão servindo a uma das facções da disputa interburguesa. Cabe aos marxistas, alertá-las, contrariá-las e defender em seu seio a política do proletariado.

Os militares quando destituem o governo, prendem suas lideranças e metralham os manifestantes que defendem o governo eleito segundo as prescrições democráticas adotadas estão sendo movidos por objetivos antidemocráticos e reacionários. As massas arregimentadas pela Irmandade Muçulmana não se libertarão do faccionalismo religioso estando sob os ataques dos militares e em confronto com apoio dado pela parcela da população opositora. E a parcela que aspira o fim do governo islâmico, por sua vez, não se libertará do liberalismo burguês enquanto servir ao golpismo e ao ataque dos militares aos islâmicos.

*Era e é uma necessidade e um dever revolucionário se opor ao golpe com as bandeiras da democracia política subordinada à estratégia da revolução e ditadura do proletariado. Não ao golpe militar, pela constituição de um governo revolucionário dos explorados, que convocará uma Assembleia Nacional Constituinte, Soberana e Democrática. Armamento das massas e destruição do aparato militar da burguesia egípcia. Unidade da maioria explorada em torno do objetivo do proletariado de constituir um governo operário e camponês.*

# LIT/PSTU, apoio à repressão dos golpistas à Irmandade Muçulmana

Tratamos desse ponto da declaração da LIT-QI no artigo acima. Mas merece destaque à parte.

Vejam as passagens: “No Egito, quando a Irmandade Muçulmana sai às ruas defendendo a volta do governo bonapartista de Morsi, está protagonizando uma mobilização contra o regime, mas de caráter contrarrevolucionário, e por isso não é correto defender nenhum tipo de unidade na ação com essa organização. Lutar para que Morsi retorne a presidência, significa lutar para que voltem os responsáveis pelos ataques às minorias religiosas, as tentativas de impor a Sharia como base da Constituição, isto é, significa lutar pela volta de um governo com projeto bonapartista teocrático. A volta de Morsi, descartado pela ampla maioria do povo, seria um retrocesso para a revolução”. “(...) Enquanto a Irmandade continuar chamando seus partidários a sair às ruas para retomar o poder, isto é, a ir na contramão da ação da ampla maioria do povo e da conquista que representa ter derrubado Morsi, não estamos a favor de defender seus direitos de expressão, nem de manifestação. Por exemplo, (...), não exigimos a libertação de seus dirigentes ou a reabilitação de seus canais de TV, que foram fechados pelo novo governo cívico-militar.”

Contestamos inteiramente essa posição. Morsi foi derrubado por um golpe dos generais e o governo “cívico-militar” (incorporação dos liberais) não é senão instrumento da reação pró-imperialista. Não defender a libertação incondicional do presidente eleito, a liberdade de expressão da Irmandade e não combater a violência reacionária dos golpistas resulta em apoio ao golpe contrarrevolucionário, pró-imperialista e sanguinário.

É completamente falso caracterizar o golpe de progressivo. A LIT-QI rechaça a caracterização de golpe contrarrevolucionário e obscurece sua caracterização de golpe progressivo com a falsificação de que os golpistas se colocaram forçosamente a serviço da maioria do povo, que exigia o fim do governo da Irmandade. Absolutamente, não! A camarilha militar e o aparato da ditadura de Mubarak se valeram das mobilizações oposicionistas para golpear a Irmandade.

Morsi está preso no calabouço da velha ditadura. A brutal repressão de décadas pelos militares e pela polícia contra a Irmandade se mantém. Não se pode avançar um milímetro no processo revolucionário egípcio sob a tutela das Forças Armadas e sob os ataques sanguinários da polícia contra a Irmandade. Também é falso que a defesa da volta de Morsi significa defender o governo teocrático, sua Constituição e sua política. Os marxistas defendem o governo eleito pelo voto universal e secreto contra o golpe antidemocrático.

O enfrentamento ao governo teocrático e à sua Sharia opressora passará pelas reivindicações democráticas, como parte da luta pela revolução social. As tarefas democráticas do Egito atrasado e semi-colonial são decisivas para o proletariado romper o faccionalismo religioso e ganhar independência diante das frações burguesas em disputa. É parte deste combate o rechaço aos golpes militares, que servem aos interesses da feudal-burguesia e do imperialismo, como o que foi desfechado contra o governo eleito.

Sim, levantamos a bandeira de libertação imediata de Morsi, da liberdade de manifestação em defesa da volta de Morsi à presidência e fim das matanças de seus partidários! Sim, defendemos a democracia eleitoral contra o golpe. Dizemos, somente as massas podem derrubar Morsi; essa é a via para constituir um governo re-

volucionário.

O Partido Operário Revolucionário denuncia a posição da Lit-QI/PSTU como antidemocrática.

## Posição miserável

A declaração da Lit-QI deve ser duramente rechaçada por sua capitulação ao golpe e por escondê-la por trás das massas. No fundo, trata-se de uma capitulação diante da fração burguesa liberal.

O mais odioso da declaração é sua posição miserável diante do sanguinário ataque dos militares à Irmandade, que resiste ao golpe nas ruas. Diante do massacre do dia 8 de julho, diz a declaração: “Repudiamos esse ataque por sua crueldade desnecessária e porque essas mortes só servem para fortalecer a tentativa da Irmandade de voltar ao poder, aproveitando a indignação que este fato criou em todos os setores, inclusive entre aqueles que derrubaram Morsi”.

Como a Lit-QI pode dizer que são mortes desnecessárias, se considera que a volta da Irmandade é o triunfo da contrarrevolução? Será que os redatores não pensam no que escrevem? Não, senhores morenistas, o massacre foi consequência do golpe contrarrevolucionário. E, nesse sentido, pouco importa o sentimento piedoso dos morenistas quanto à “crueldade desnecessária” dos golpistas.

Não é porque o governo da Irmandade caminhasse para instalar a teocracia que o golpe não é contrarrevolucionário. Um governo teocrático islâmico no Egito teria de assumir posições nacionalistas. A experiência do Irã é a melhor demonstração. Não restam dúvidas de que na luta interburguesa estão presentes nacionalistas islâmicos e pró-imperialistas liberais. Os militares estão alinhados com os liberais.

Morsi não teve tempo de governar. Nasceu como um governo de crise. É nessa situação que ocorre o golpe e o massacre nas fileiras da Irmandade. Não senhores morenistas, foram, sim, mortes necessárias. Necessárias para estabilizar o golpe.

O governo golpista, que inclui os liberais, representados pelo Prêmio Nobel da Paz, Mohamed ElBaradei, está obrigado a esmagar a resistência dos partidários de Morsi. Vocês, morenistas, tão dedicados à revolução democrática, mentem que o massacre não foi necessário. A condenação de vocês ao massacre (vocês não dizem massacre) é hipócrita. Vocês estão obrigados a defender o governo provisório golpista contra a mobilização das massas que não aceitaram a derrubada do governo. Vocês declararam favoráveis que o governo golpista mantenha Morsi na cadeia e que impeça a liberdade de expressão da Irmandade. A diferença entre prender e matar é de grau, não de essência. Vocês acham que não precisava a violência sanguinária para barrar a mobilização da Irmandade, bastaria a repressão não sangrenta. É hipocrisia se colocar a favor da prisão dos líderes da Irmandade e da proibição do direito democrático de manifestação de seus partidários e ao mesmo tempo contra o massacre.

Morenistas da Lit-QI, a revisão que vocês fizeram da teoria permanente de Trotsky os está colocando em posições antimarxistas. Vocês sentiram necessidade de ajustar os acontecimentos do Egito ao esquema da revolução democrática de Nahuel Moreno e assim chegaram ao fundo do poço, apoiando o golpe e sua violência contrarrevolucionária.

## Capa do Jornal Massas de 9 de agosto, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

### E continua a farsa

*Enquanto na Cúpula Antiimperialista em Cochabamba, o governo enchia a boca com declarações de falso anti-imperialismo, diante de uma multidão de cocaleiros, movimentos sociais (levados à força) e reformistas de esquerda vindos do exterior para inflar o ego de Evo, paralelamente, YPFB assinava contrato com TOTAL (Multinacional petroleira francesa) e GAZPROM (multinacional russa) para a exploração de gás e hidrocarbonetos no Bloco Azero (700.000 hec. situadas nos departamentos de Chuquisaca e Santa Cruz)*

*O Presidente da YPFB assinalou que se trata de uma zona com alto potencial hidrocarbonetos, em outras palavras, que é quase certo que podem encontrar gás e petróleo (as multinacionais não exploram em qualquer parte). Outro dado sobre essa certeza é que o investimento entre ambas multinacionais será de apenas 130 milhões de dólares – algo mais que a metade do que custará o famoso teleférico de La Paz (234 milhões de dólares) e que não resolverá substancialmente o problema do transporte dessa cidade.*

*Perguntamos: Por que a YPFB não pode arcar por sua conta com o investimento na exploração desse bloco, dadas as condições favoráveis? A resposta é a política de convivência com as multinacionais “sócias e não patroas”. O que em bom castelhano se chama entreguismo.*

*Assim, enquanto se entregam os recursos naturais do país às multinacionais, a cúpula anti-imperialista aprova medidas “contra o imperialismo e o colonialismo”, que causam risos, puro lirismo porque não tocam na necessidade de expulsar as multinacionais e acabar, pela via revolucionária, com o fundamento econômico do poder imperialista e a ordem capitalista: a propriedade privada dos meios de produção.*

### A cúpula “anti-imperialista” Entre o ridículo e a impostura

Parece que o show não termina e custa aos bolivianos mais de 5,5 milhões, segundo as versões oficiais, para pagar as passagens e a comida de toda essa gente concentrada na avenida Blanco Galindo, o que fez uma verdadeira sangria aos recursos do TGN. Essa chamada “cúpula anti-imperialista” reuniu, segundo a imprensa, 1200 delegados de 18 países e debateu em seis mesas de trabalho. Diz-se que aprovou mais de 100 resoluções, entre as mais importantes e pitorescas que a imprensa registra, temos:

1. Fundar uma “poderosa organização social” em nível internacional para transmitir as ideias da liberação com o propósito de construir um socialismo comunitário, descolonizador e anti-imperialista. Desse modo, enfrentar o perigo que significa a OTAN;
2. Fazer frente às multinacionais da comunicação, organizando meios de comunicação das organizações sociais;
3. Formar revolucionários para a espionagem e contraespionagem. Criar um centro de inteligência civil – militar latino-americano;
4. Substituir o dólar pelo Sucre, atualmente usado como moeda virtual entre os governos da Venezuela e Bolívia;
5. Estabelecer o dia 2 de agosto como o “dia internacional contra o imperialismo”;
6. Criar um “comitê de solidariedade com a Bolívia” pela afronta perpetrada contra Evo Morales pela França, Espanha, Portugal e Itália;

7. Controle e vigilância ao estabelecimento e funcionamento das ONGs;
8. Promover o desarmamento de organismos e braços armados do Império Norte-americano e outros impérios, assim como o desmantelamento da OTAN;
9. Conquistar soberania tecnológica, desenvolvendo conhecimento, inovação, no marco do diálogo de saberes entre nossos conhecimentos comunitários, ancestrais, indígenas e camponeses e com conhecimentos e tecnologias modernas;
10. Nominar e declarar o irmão Evo Morales Ayma como defensor e líder mundial da soberania, dignidade e identidade dos povos do mundo... (declará-lo) líder indígena dos Movimentos Sociais da América Latina e do Mundo;
11. Criação de uma equipe de cientistas de países latino-americanos para investigar e neutralizar os sistemas de espionagens e sabotagens climáticos, implantados pelos Estados Unidos.

Assim, as restantes resoluções que, para qualquer mente equilibrada e objetiva, resulta em insulto à inteligência. A partir de uma “cúpula” dessa natureza se resolver nada menos que os países da América Latina, incorporados na ALBA já são “Estados socialistas, comunitários e anti-imperialistas”, que têm a missão, por meio de uma internacional, de propalar o evangelho do “anti-imperialismo” nos países que se mantêm sob regimes neoliberais ou que publicamente – em um centro de inteligência latino-americano – vão formar “espões” revolucionários e anti-imperialistas e que com discursos e palavras vão derrotar essa poderosa organização militar do imperialismo, chamada OTAN.

Pergunta-se: Como é possível divagar sobre tantos disparates em reuniões como essa? Por acaso na América Latina não existem problemas reais que enfrentar, sobretudo agora em que a descomunal crise do capitalismo ameaça destruir as forças produtivas e os avanços conquistados pela cultura e a ciência. Nenhuma palavra sobre a entrega dos recursos naturais que fazem os “governos socialistas e anti-imperialistas” às multinacionais imperialistas, sobre a sistemática destruição das formas de propriedade comunitária de muitos povos originários para potenciar a propriedade privada, sobre a manutenção da capitalização individual neoliberal em material de seguridade social, sobre os salários de fome que se impõem aos trabalhadores nos país da ALBA, enfim, sobre a agudização da fome e da miséria nesses países “socialistas”.

Não bastando tamanha impostura, por que os “anti-imperialistas” da cúpula não decretaram, com caráter vinculante para seus governos, a expulsão do imperialismo e das multinacionais de seus países? Por que não decretaram a abolição de toda forma de propriedade privada para implantar só as formas comunitárias? Não tiveram a coragem de impor a seus governos “socialistas” a abolição do sistema financeiro que agora está fazendo a seu gosto, especulando a custa da miséria dos povos? Não, os problemas reais e importantes não foram tocados pela cúpula porque a única coisa que buscou foi maquiar a cara de Evo Morales com vistas às próximas eleições na Bolívia. Que miserável se tornou a política nas mãos dessa gente, problemas tão sérios como a opressão imperialista foram convertidos em palhaçadas.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2321)

## Chile: A contrarrevolução pinochetista – 2º Parte

# Com a bota da ditadura sobre o pescoço, o campesinato retrocederá violentamente

Lucas Martínez

Durante o período de 1973-1990, se produz um refluxo massivo do movimento camponês. Trata-se de toda uma etapa histórica marcada pelo enfraquecimento de suas organizações e uma brutal política de contrarreformas tendentes a reverter o modelo agrário aplicado ao longo de mais de 35 anos.

A estrutura político-organizativa camponesa reformista foi brutalmente desarticulada. Um setor foi sufocado pela repressão, outros foram submetidos à arregimentação autoritária do Estado. No melhor dos casos, se livraram da ação dissolvente das medidas econômicas promulgadas pela ditadura. Ou foram expulsos de suas terras e condenados a sobreviver miseravelmente sob as pressões dos mecanismos de mercado controlados pelos monopólios.

Esta política contrarrevolucionária de destruição das conquistas e das organizações do campesinato, somada à penetração de capitais e investimentos estrangeiros no campo, levou a uma enorme regressão das estruturas agrárias criadas sob os governos democrático-burgueses reformistas.

Já entre 1973 e 1976, se verifica um retrocesso no número de filiados nas organizações sindicais agrárias, de 225.607 a 188.099. O número total de filiados diminuiu, ainda que de forma reduzida se se leva em conta a perseguição e a violência policial da ditadura. Ao analisar estes dados em detalhe, no entanto, vemos que enquanto as organizações de médios e grandes camponeses, assim como de latifundiários e capitalistas agrários cresceram (*Liberdade* passou de 44.260 a 50.679; *Províncias Agrárias Unidas* de 2.181 a 2.453; estes últimos, donos de fazendas – médias e grandes – ou agroindústrias que contratam certo volume de mão-de-obra assalariada), as organizações de pequenos camponeses e assalariados ligadas à política agrária allendista e integrantes de suas bases de apoio retrocederam em termos absolutos (*Ranquil* passou de 96.254 filiados a 66.117; *Unidade Operário-Camponesa* de 14.199 a 4.553). Demonstrando assim uma mudança aguda na relação de forças entre as classes do campo. E a serviço de que classe e de quais interesses esteve a ditadura militar pinochetista.

Em 1978, o bloco sindical que representava o campesinato pobre e os assalariados agrícolas, que haviam sobrevivido penosamente sob a ditadura, foi posto na ilegalidade. O que levou a sua liquidação organizativa. No mesmo sentido, atuaram o “Plano Trabalhista” pinochetista impulsionado com o Decreto Lei 2.756 (que revogou a Lei 16.625 de sindicalização camponesa), que atomizava e fragmentava os sindicatos, ao mesmo tempo em que negava sua representatividade nas negociações coletivas.

No entanto, as organizações ligadas à Reforma allendista não desaparecerão por completo. Subsistirão sob a forma de organizações econômicas dedicadas a sustentar as condições de produção e comercialização do setor, impedidas de representar os interesses políticos de seus filiados. A vanguarda e os setores que haviam resistido à ditadura ou que haviam atuado como dirigentes políticos durante o período allendista foram perseguidos e expulsos dos sindicatos e das terras que possuíam. O pinochetismo pretendia assim dizimar os quadros que haviam se destacado na luta de classes ou que integravam os partidos reformistas, debilitando sua capacidade de reação e organização frente às violentas transformações agrárias iniciadas pela ditadura. Seus quadros engrossarão as listas de mais de 5.000 desapa-

recidos/assassinados pela ditadura genocida.

A ditadura criará, ao mesmo tempo, os mecanismos institucionais e as condições políticas para desencadear uma contraofensiva ainda maior. Tinha espaço para liquidar a reforma agrária e a maior parte de suas conquistas. Dos dez milhões de hectares desapropriados, 4,5 milhões voltarão às mãos de seus antigos donos. Logo lhes seguirão outros 2,8 milhões de hectares. E, finalmente, outros 3,3 milhões (33% do total de terras desapropriadas) das organizações sindicais camponesas dissolvidas.

Imediatamente, iniciar-se-á uma nova distribuição que favorecerá a reconcentração de terras, pois o campesinato se via obrigado a abandonar ou a vender sua terra. Mas também beneficiará toda uma camada de políticos, profissionais, burocratas (civis e militares) e testas-de-ferro ligados ao pinochetismo. Ao que se somará a exclusão do campesinato realizada pelos mecanismos econômicos de mercado e medidas institucionais que facilitarão uma nova reconcentração de terras e o avanço dos monopólios.

Até 1982, o crescimento da produção agroexportadora e florestal – enquanto a produção para o mercado interno retrocedeu em termos absolutos – se deveu à ação do Estado que maximizou as condições lucrativas da burguesia agrária ao desvalorizar a moeda, o que rebaixou os custos internos, depreciou o valor da força de trabalho e agigantou os lucros realizados internamente. Finalmente, em 1984 concluirá a “redistribuição” de 37.472 parcelas. O grosso foi “redistribuído” entre 1975-1976. Depois se somarão 7.890 parcelas como resultado das 202 cooperativas que foram dissolvidas.

Um dos setores chave da agroindústria, fortemente impulsionado em função de sua inserção na divisão do trabalho imposta pelos Estados Unidos – e que terá posteriormente um papel econômico de destaque na transição democrática e nos conflitos futuros –, será o das plantações florestais. Estas serão subsidiadas pelo Estado a fim de obter sua rápida modernização e capitalização. O montante do subsídio estatal alcançaria 75% do total dos investimentos realizados em 1974. O outro lado deste processo se encontrará nos chamados “cultivos tradicionais ou básicos” (alimentos de origem agrícola) e pecuária bovina, brutalmente relegados pela política ditatorial. Mais precisamente: foram abandonados ao livre jogo das leis do mercado que derrubou severamente sua demanda interna pela queda abrupta dos salários, crescimento do desemprego e concorrência de produtos importados mais baratos e subsidiados pelo Estado imperialista. Impulsionando a quebra generalizada do campesinato, mas também de certas frações capitalistas.

O maior conflito que afrontou o pinochetismo nesse período, dessa forma, não será o com o campesinato, mas sim o com a burguesia agrária da Região Sul, produtora de trigo e leite. Os especialistas econômicos que atuavam no seio da ditadura aplicando as medidas dadas a partir dos Estados Unidos, os “Chicago Boys”, convocarão estes setores a “comer as vacas” se não podem ou não sabem se deslocar para setores mais lucrativos. O notório do caso é que este setor havia sido o mais ferrenho opositor ao governo allendista e a mais firme base de apoio do golpe que o derrubou.

Esta política será retificada posteriormente. Assim, o setor capitalista agrícola prejudicado se recomporá de sua queda graças a elevados subsídios, planos de apoio técnico e financeiro, preços de referência,

etc. Mas principalmente graças às garantias que a ditadura criou para a superexploração operária pelo esmagamento político-organizativo do proletariado, a implementação da flexibilização trabalhista, a perda de direitos, a dissolução dos sindicatos, a desvalorização, etc.

Retificada assim a política que provocou choques da ditadura com frações burguesas que entravam em contradição com a política econômica, o pinochetismo criará estímulos fiscais e linhas de crédito – com garantias públicas – para a modernização e tecnificação das explorações capitalistas agrícolas. Ao mesmo tempo, implementará barreiras fiscais e estabelecimento de preços (preços mínimos e máximos) para alimentos produzidos no Chile pelo setor capitalista e que competiam com produtos similares importados. Logo, criará um fundo destinado a comprar os excedentes.

Finalmente, implementará os planos de assistência técnica ao setor capitalista agroindustrial que ajudarão a encerrar a etapa marcada pelos choques com a burguesia. Soldando assim os apoios internos da ditadura que, sem perder seu caráter de serviçal do imperialismo, atenuará e administrará os conflitos resultantes dos choques de interesses entre as classes dominantes nativas e imperialistas.

A coroação desse processo econômico, político e histórico será a imposição de uma virada nas relações entre as classes no seio do Estado. A composição social dos organismos e instituições encarregados de fixar a política agrária mudou violentamente. A burguesia retomou as alavancas das políticas agrárias. E desmantelou a estrutura institucional que permitiu ao campesinato pobre expressar-se no Estado e incidir sobre as medidas econômicas aplicadas ao setor. Espelhando desse modo a brutal mudança imposta pela ditadura em suas relações político-econômicas.

Mais bárbaro resulta o quadro quando se observa como a ditadura fascista levou a economia camponesa a reduzir-se drasticamente. Criando ao mesmo tempo as condições para sua rápida proletarização. Para isto, propiciará a relação de trabalho temporário (especialmente com mulheres e jovens), que desenvolvem suas atividades em um ambiente de extrema instabilidade, salários miseráveis, condições quase servis de trabalho, carecem de cobertura social e previdenciária, assim como lhes é proibida a negociação coletiva e a participação ativa em sindicatos.

Assim, a expulsão do campesinato e sua proletarização não surgi-

## Argentina

# Basta de politicagem, basta de enrolação! As eleições são uma farsa

Há 30 anos há eleições a cada dois anos. Este ano haverá duas eleições, a de agosto define quem poderá competir em Outubro. Está em disputa quais grupos defenderão melhor os interesses dos grandes capitalistas, que seguem tendo o poder, ganhe quem ganhe.

Nenhum partido, nenhum candidato apresenta quais são os problemas das massas e como devem ser resolvidos. Repetem acusações uns contra outros sobre questões superficiais, para não se pronunciarem sobre as questões mais importantes. Querem nos fazer crer que se temos tantos deputados a mais que tal o qual setor tudo poderia funcionar melhor.

Não estão no centro do debate os problemas mais importantes como a inflação galopante que devora nossa renda, o desemprego, o trabalho precário, os baixos salários e a aposentadoria mínima que a grande maioria de nossos aposentados recebe.

A realidade é que vivemos no sistema capitalista, onde uns poucos são donos de tudo e as grandes maiorias não têm nada. O ver-

rão como diferenciação econômica e social das classes agrárias em um desenvolvimento histórico onde a propriedade camponesa perde progressivamente terreno frente à produtividade e a tecnificação da produção em grande escala. Pelo contrário, o pinochetismo foi o veículo de sua realização pela via da militarização da sociedade e do terrorismo de Estado. As travas à capitalização do campesinato médio e pobre, as tendências à concentração monopolista da economia agrícola, a dependência do acesso ao crédito, a transferência de renda que se operam por mecanismos de mercado (fixação oligopólica de preços de referência, da demanda e da comercialização, etc.) reforçarão essa tendência.

A contrarrevolução fascista de Pinochet teve por objetivo modificar drasticamente as relações entre as classes em função de uma política de integração do país na órbita imperialista, ditada principalmente pelos Estados Unidos. O que implicou a liquidação das bases (sociais, econômicas e políticas) que deram sustentação social e material ao governo frente-populista.

Definitivamente, a ditadura serviu à criação do mercado de oferta de mão-de-obra para a agroindústria; acelerou a diferenciação interna que levava o setor enriquecido a se transformar em capitalista e o outro em economia de subsistência. E acentuou a proletarização camponesa pela via da violência fascista e da militarização das relações sociais. Nessa tendência atuarão, além disso, fatores individuais (recursos, estrutura produtiva, produtividade média, etc.) e externos (peso político, acesso ao financiamento e à comercialização, capacidade de se diversificar e tecnificar, etc.).

Servindo à política imperialista de fortalecimento da agroindústria, o pinochetismo reforçará a interdependência entre as classes dominantes internas e externas. Mas ao se tratar de um processo submetido a variáveis extra econômicas, o campesinato tende a se reproduzir e não desaparecer.

Até fins da ditadura, a subsistência do campesinato sinalizará que esta classe, fortemente atacada e dizimada, ainda faz parte da estrutura de classes do país. O que implica definir tanto o peso econômico e social que este ainda preserva nas relações capitalistas do país, assim como seu lugar na aliança revolucionária dos explorados e oprimidos que é necessário por em pé para realizar a revolução e ditadura proletárias. Este será o objeto de nossos próximos artigos.

dadeiro poder não está no Congresso, nem na Casa Rosada [sede da presidência], mas sim na formidável concentração da economia em pouquíssimas mãos, a maioria delas multinacionais. São elas as que têm o poder real, são elas as que mandam e nisso se expressa a dominação do imperialismo sobre a Nação. Sob a ditadura militar e sob todos os governos democráticos, de qualquer sigla, sempre se mantém a dominação dessa minoria, o 1% da população, que é dono de tudo. Por trás das diferentes formas aparece a ditadura do capital, os mesmos grupos econômicos e as mesmas famílias.

Não pode haver democracia, nem soberania nacional, nem república, quando um punhado de multinacionais maneja as alavancas vitais da economia, são eles os que têm o poder, são eles os que mandam, ainda que ninguém vote em seus nomes.

Nem os 10 anos de kircherismo, nem os 30 anos de eleições serviram para acabar com essa situação. São esses setores os que endividaram o país para benefício próprio e depois pressionaram para que se

pagasse a dívida. São os que ficaram com todos os recursos naturais, com as empresas que eram do Estado.

Depois de 10 anos de crescimento da economia, a burguesia no poder se mostrou incapaz de acabar com a fome, o desemprego, a precarização e a falta de moradia. Com a economia crescendo ou estancando-se em crise, a burguesia sempre ganha, e muito. Enquanto as alavancas da economia estiverem nas mãos desta classe apodrecida e parasitária, nenhum dos grandes problemas que nós trabalhadores temos desaparecerá.

Não há outro caminho a não ser tomar em nossas mãos os grandes problemas, começando por abrir os livros de todas as empresas, de todos os bancos, para ver sua contabilidade real, quanto ganham, como ganham, como fabricam as dívidas, como incrementam seu patrimônio, como se concentram, como fazem acordos para subir os preços ou deixar de produzir algum produto, como se aproveitam do Estado com superfaturamentos ou com empréstimos que jamais devolvem, queremos saber quem são os saqueadores que evadiram dezenas bilhões de dólares do país, que destino têm os 80 bilhões de pesos que são destinados a cada ano para subsidiar os empresários, queremos conhecer tudo para conhecer até a medula o capitalismo de nosso país, como correm por suas veias bilhões de pesos da corrupção, das quebras fraudulentas, do tráfico de pessoas e do narcotráfico. É necessário abrir-lhes os livros e impor um controle operário coletivo em todos os terrenos.

Intervimos na campanha eleitoral chamando as coisas por seu nome: o país está dirigido por uma classe burguesa apodrecida, parasitária, corrupta, narcotraficante, vendida, entreguista, antinacional e antioperária e isto não se conserta com votos ou leis. Aqueles que dizem o contrário mentem, voltam a enganar, como fazem em cada eleição. Todos os candidatos burgueses defendem, mais além de suas diferenças, a propriedade privada. Apoiam-se na propriedade privada, capitalista, apoiam-se nessa podridão e não podem escapar à decomposição.

As reivindicações sociais somente serão conquistadas por meio da luta, como sempre foi

- Salário mínimo da ativa e dos aposentados que corresponda às necessidades de uma família de 4 pessoas, para todos os trabalhadores;
- Divisão de todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem reduzir o salário, para acabar com o desemprego;
- Terminar com a precarização trabalhista em todas suas formas,
- Só pode ser imposto pela ação direta de todos os trabalhadores, nunca votando,
- É para isso que necessitamos recuperar todos os sindicatos e a CGT das mãos das burocracias servis ao patronato aliado e opositor ao governo.

O Congresso, como instituição do Estado burguês, da ditadura do capital, está destinado a preservar o sagrado direito dos grandes capitalistas à propriedade dos meios de produção. As leis aprovadas que nos beneficiem (e se cumprem) não o são pela boa vontade dos deputados, mas sim pela pressão de nossa organização e nossas lutas. **Por isso só podemos confiar em nossas próprias forças, em nossos próprios métodos.**

Os politiquinhos miseráveis abusam da corrupção, sem falar dos que roubaram e roubam o país diante de nossos narizes. **NÃO VOTE NELES!!!**

Os partidos políticos da burguesia estão tão decompostos que não só não debatem ideias e programas, como também não elegem seus candidatos, impostos pelos meios de comunicação. Isso explica as alianças que vão e vêm em que se juntam os que até ontem parecia que se matavam.

Toda a politicagem burguesa é corrupta, parasitária, todos se

postulam para serem os melhores gerenciadores dos interesses mais concentrados do capital, ainda que façam demagogia falando dos pobres, dos trabalhadores, dos mais vulneráveis. É mentira que se possa mudar o governo ou o Congresso “por dentro”, será necessário varrer toda essa podridão. Governo e oposição representam setores de uma mesma classe.

Exigimos o direito de todas as correntes políticas a se apresentarem com seus candidatos e seu programa, sem restrições, sem condicionamentos, sem pisos. Mas **não** chamamos a votar na Frente de Esquerda (FIT) porque esta não realiza uma campanha revolucionária, não aponta que as eleições são uma armadilha para que nós, os explorados, elejamos nossos carrascos, nem diz que para conquistar nossas reivindicações temos de confiar apenas em nossos próprios métodos de luta, nem que o problema central é o de acabar com a grande propriedade privada dos meios de produção em mãos da burguesia.

## Governo e oposição de joelhos frente às multinacionais (imperialismo)

- Que escondem o trigo e nos fazem pagar o pão com preço de ouro
- Que se apropriaram da Cordilheira, que destroem os glaciares, que levam todas nossas riquezas,
- Que extorquem o país com a dívida externa com a cumplicidade de todos os governos que continuam lhes pagando fortunas. Os recursos que hoje fazem falta para resolver questões centrais se destinaram a pagar a dívida externa ou foram enviados para fora do país, os que se beneficiaram com as negociações da dívida, com sua gigantesca corrupção, não a pagam;
- Que seguem controlando os grandes negócios petrolíferos impondo ao governo as condições para levar o petróleo que quiserem ao preço que querem; eles continuam com o saque ainda que o Estado tenha a maioria da YPF. Os preços dos combustíveis crescem sem parar, tal como exigem as petrolíferas, colocando lenha no fogo da inflação.

Não há forma de organizar a economia, terminar com a inflação e o desabastecimento, e de por todos os recursos a serviço da maioria sem romper com a opressão imperialista, terminando com a dominação do punhado de multinacionais que saqueiam a nação, expropriando-as sem indenização. **A liberação da Nação** não será obra da burguesia e de seus governos, todos eles lacaios do imperialismo que lhes ordena o que fazer.

Para isso falta um governo de outra classe, um governo operário, da única classe que não tem amarras com a propriedade privada dos meios de produção, em aliança com as classes médias oprimidas da cidade e do campo. Assim poderemos começar a edificar uma nova sociedade, o socialismo. Para que seja possível devemos protagonizar um levante nacional para varrer o Estado e suas instituições (não será produto do Congresso e de suas leis). Necessitamos por em pé uma frente única antiimperialista, uma frente política de todos os oprimidos sob a direção política da classe operária, uma frente para protagonizar uma autêntica **revolução social**.

Assim, as massas conhecerão pela primeira vez a democracia e poderão se encarregar do destino da Nação, sobre outras bases.

Nas eleições de agosto (Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias-PASO) chamamos a anular o voto ou votar em branco com todas estas ideias.

Por um governo operário-camponês, pela ditadura do proletariado.

**VIVA O COMUNISMO!**